

Estado e Desigualdades

concentração de renda e
distribuição da riqueza no Brasil



Expediente

Universidade de São Paulo

Vahan Agopyan – Reitor
Antonio Carlos Hernandez – Vice-reitor

Pró-reitoria de Cultura e Extensão

Universitária

Maria Aparecida de Andrade Moreira
Machado – Pró-reitora
Margarida Maria Krohling Kunsch –
Pró-reitora adjunta

Biblioteca Brasileira Guita e José

Mindlin

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
– Diretor
Alexandre Luis Moreli Rocha – Vice-
diretor

Coordenadores do projeto

Janice Theodoro da Silva
Alexandre Macchione Saes

Pesquisadores

Maria Augusta Querubim Rodrigues
Henrique Pons Agnelli
José Alves Freitas Neto
Leandro Salman Torelli
Marcelo Ribeiro de Carvalho
Ruy Cesar Pietropaulo
Vinicius Teixeira
Paula Macchione Saes

Responsáveis pelo módulo

Maíra Carcelen de Souza
Alexandre Macchione Saes
Henrique Pons Agnelli
Leandro Salman Torelli
Ruy Cesar Pietropaulo

Coordenação editorial e edição

Maíra Carcelen de Souza

Revisão

Bruna Xavier Martins

Estagiários

Giovane Direnzi
Norberto de Assis Souza Filho

Realização



Biblioteca Brasileira *Guita e José* **Mindlin**

Apoio



Dezembro de 2021

A reprodução e utilização de “O rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas” foi autorizada pelo autor, Edmar Bacha, de acordo com a edição *Belíndia 2.0: fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Módulo Estado e desigualdades: concentração de renda e distribuição da riqueza no Brasil

Sumário

O que vem por aí... ..	4
O que você já sabe?.....	6
SD 1: Distribuição de renda e bem-estar social.....	12
SD 2: Trabalhando como economista: o uso de indicadores econômicos e sociais.....	26
SD 3: As desigualdades na história da sociedade brasileira.....	37
SD 4: O papel do Estado no combate às desigualdades.....	49
O que você aprendeu?.....	78
Autoavaliação.....	78
3 vezes 22 na BBM.....	79

Projeto 3 vezes 22 na escola: independência, modernismos e projetos de futuro

Bem-vindas e bem-vindos, estudantes!

Este é o módulo **Estado e desigualdades: concentração de renda e distribuição de riqueza no Brasil**, parte do projeto *3 vezes 22 na escola: independência, modernismos e projetos de futuro*. Elaborado a partir do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), o projeto tem como base o entrecruzamento de três datas significativas na história do país: a independência (1822), os modernismos dos anos 1920, cuja Semana de Arte Moderna (1922) é um marco, e o presente (2022).

Através dessas temporalidades, pretendemos estimulá-los a refletir e discutir alguns dilemas da sociedade contemporânea, brasileira e mundial, de maneira que vocês também possam associar tais reflexões com os seus projetos de vida e criem novos projetos de futuro para o país, frente aos problemas e desafios que se colocam para a sua e as próximas gerações.

Neste módulo, a discussão se dará em torno da temática das desigualdades da sociedade brasileira, explorando tanto seu caráter histórico, quanto o resultado dos projetos políticos pactuados por cada geração, por meio de um conjunto de sequências didáticas compostas de conteúdos interdisciplinares, complementando a sua formação no Ensino Médio.

Bons estudos!

Módulo Estado e desigualdades: concentração de renda e distribuição da riqueza no Brasil

O que vem por aí...

No Brasil e no mundo, diversas são as formas por meio das quais as pessoas obtêm o próprio sustento, como através das relações de trabalho e de propriedade que, por princípio, distinguem rendas de naturezas diferentes umas das outras. Para além das diferenças entre essas grandes categorias como salários, lucros, aposentadorias ou aluguéis, existem diferenças fundamentais entre os próprios trabalhadores que recebem salários, assim como entre os proprietários que obtêm suas rendas de lucros ou aluguéis, entre outros exemplos. Como resultado dessas diferenças ligadas à riqueza, que pode ficar mais concentrada ou ser distribuída de modo equilibrado entre a população, ocorre a produção de desigualdades econômicas e sociais, presentes tanto dentro de cada país quanto entre países.

As desigualdades vinculam-se a processos históricos e podem se perpetuar ao longo do tempo por uma série de fatores, tais como: más condições de educação e baixa empregabilidade para os mais pobres, transferência da riqueza concentrada entre gerações por meio de heranças, a maneira como o Estado arrecada e aplica seus recursos.

Mantidas ao longo do tempo pelo sistema econômico, pelas estruturas políticas e sociais e pelas relações entre os países, as desigualdades existentes na sociedade brasileira preservam muitos de seus aspectos originais e históricos, tributários de um passado profundamente desigual. Como exemplos, podemos citar: os séculos de escravidão, que perpassou o processo de independência e atravessou o século XIX, resultaram em desigualdades raciais com efeitos inegáveis na atualidade; as demarcações autoritárias da terra geraram a concentração da propriedade nas mãos de poucos, e permanecem como espaços de disputa; o longo regime colonial acarretou em condições de subordinação econômica a outros países ainda não superadas. Em suma, muitas dinâmicas históricas têm perpetuado as desigualdades até os tempos atuais.

Nesse cenário, a luta pela desconcentração da riqueza e da renda depende de ações conscientes e deliberadas por parte da sociedade, sendo o Estado o principal agente responsável pela elaboração e implementação de políticas que direcionem esforços e recursos em prol de um país mais justo e igualitário.

Nessa perspectiva, o debate sobre o combate à concentração da renda e sobre as melhorias na distribuição da riqueza coletiva do país não envolve apenas a economia, como também a história, a política, e deve incluir o conjunto da sociedade civil. O módulo **Estado e desigualdades** visa estimular essas reflexões, apoiando-se também em diversas atividades que favorecem o raciocínio matemático.

Para tanto, na sequência didática 1 você fará a leitura do artigo “O rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas”, do economista Edmar Bacha, que fez uma crítica criativa ao processo de concentração da renda durante o regime militar, servindo de base para a compreensão de alguns conceitos econômicos.

A sequência didática 2 trata da noção de renda e da desigualdade econômica, que resulta de sua concentração. Você também trabalhará com o Índice de Gini, uma das importantes formas de avaliar a desigualdade de renda, e conhecerá outros indicadores econômicos e sociais, como o PIB, o PIB per capita, o IDH e o IDH-P.

Na sequência didática 3, por sua vez, você percorrerá alguns dos importantes marcos da história brasileira para discutir como determinados eventos reforçaram ou reverteram as desigualdades no país.

A sequência didática 4 faz uma discussão sobre o papel do Estado e das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades. Desse modo, você poderá identificar instrumentos e políticas que apoiam a promoção de maior igualdade econômica e social. Por fim, com base em uma discussão sobre Estado de bem-estar social e globalização, você refletirá como o tema das desigualdades tem se colocado histórica e internacionalmente e quais são os desafios que se apresentam para o futuro.

Objetivos

- ▶ Estudar a desigualdade econômica e a distribuição da renda e da riqueza no Brasil.
- ▶ Compreender como a desigualdade econômica é resultado de processos históricos e de decisões políticas.
- ▶ Utilizar o raciocínio matemático para compreender fenômenos sociais.
- ▶ Conhecer alguns indicadores socioeconômicos e estatísticos.
- ▶ Refletir sobre o papel do Estado na promoção de políticas de combate às desigualdades.

3 vezes 22

Entendendo que as desigualdades econômicas e sociais resultam tanto de processos históricos de longa duração quanto de decisões políticas do presente, este módulo recupera alguns marcos relevantes da história do Brasil, ligados à ampliação e também à redução das desigualdades do país.

Se a independência do Brasil pouco alterou o legado colonial escravista, caracterizado pela concentração das propriedades e das riquezas, observaremos que, ao longo dos últimos 200 anos, outras condições foram criadas para que a sociedade brasileira pudesse reverter esse quadro. Além disso, verificaremos como a superação das desigualdades se coloca como um desafio para as próximas gerações, considerando o cenário econômico e tecnológico internacional a partir do tema da globalização.

Assim, o módulo deve contribuir para a avaliação de como certos eventos tenderam a reduzir ou a intensificar as desigualdades do país, isto é, avaliar como o fenômeno da desigualdade é parte do processo histórico e dos projetos de sociedade em disputa, colocados em cada geração.

O que você já sabe?

A desigualdade econômica é uma das mais marcantes e difundidas características da sociedade brasileira. É impossível, por exemplo, caminhar pelos espaços urbanos sem que, a todo momento, nos deparemos com essa grave realidade. O espaço urbano é onde as desigualdades econômicas e também sociais se tornam mais evidentes.

Em todo o país, especialmente nas grandes cidades, encontramos contrastes na própria geografia urbana, da existência de bairros arborizados com edifícios de alto padrão e condomínios de luxo aos bairros onde é precário o acesso aos serviços públicos essenciais, como transporte, saúde e saneamento básico. E sabemos que a renda é um fator determinante para definir quem pode habitar cada um desses lugares. Entretanto, as desigualdades convivem lado a lado diariamente. Por isso, é muito provável que você, de alguma maneira, já tenha tido contato com temas como desigualdade, concentração de renda e distribuição de riqueza coletiva. Então, nesta seção, você realizará atividades a fim de identificar alguns dos seus conhecimentos sobre tais temas.

1. Durante a pandemia do covid-19 no Brasil, entre 2020 e 2021, escolas tiveram de ser fechadas como uma das medidas necessárias para a contenção da contaminação. De modo geral, nas escolas privadas as aulas seguiram no formato *on-line*, enquanto nas escolas públicas, os estudantes mais pobres enfrentaram diversos problemas para continuarem estudando. Essa situação impactou fortemente os jovens concluintes do Ensino Médio que buscavam acesso ao Ensino Superior por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Leia o trecho de uma matéria jornalística a respeito.

[...] As dificuldades enfrentadas pelos estudantes pobres brasileiros durante o ensino remoto estão aumentando a distância entre eles e suas escolas. Principal porta de entrada no Brasil para as universidades, o Enem foi um termômetro do problema: teve neste ano [2021] apenas 3,1 milhões de inscrições confirmadas, o menor número desde 2005, uma consequência, segundo especialistas, também da perda de vínculo dos alunos com a escola durante o longo período de ensino remoto limitado. No ano passado, o primeiro da pandemia, 172.000 crianças entre 6 e 17 anos abandonaram a escola no país, segundo estimativa de um relatório do Banco Mundial. No momento em que estados e municípios começam a discutir uma retomada presencial, estima-se que 1,5 milhão de jovens estejam fora da escola. [...]

Quando o smartphone de segunda mão que Solange [...] comprou parcelado em quatro vezes caiu no chão e apagou para sempre, abriu-se de vez o abismo entre seus três filhos e a escola. Francisco Lairton (16 anos), Richarlisson (15 anos) e Soraya (12 anos) contam que revezaram por meses o celular da mãe, em um verdadeiro malabarismo para seguir estudando à distância enquanto a pandemia do coronavírus mantinha as escolas fechadas. A vizinha emprestou a senha do Wi-Fi e cada um tinha um horário para usar o aparelho. Às vezes, vinham os problemas de choque de horários das atividades. Ou acontecia de tudo travar e os exercícios dos mais novos chegarem aos montes. “Chegava tudo de uma vez, e a gente não tinha tempo de fazer todas as tarefas”, lembra Richarlisson. Mas todos iam levando como dava e tentando abraçar pelo menos parte do conteúdo e das aulas oferecidas. Até o celular pifar de vez no primeiro semestre deste ano.

“Agora estão os três sem estudar. Não teve jeito, eu não posso comprar outro”, lamenta Solange [...]. Um estudo do Banco Mundial dá a dimensão do problema em todo o país: 39% dos brasileiros mais pobres não têm acesso à internet [...].

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-26/na-volta-as-aulas-a-ausencia-dos-que-tiveram-que-abandonar-os-estudos-queria-ser-medica-mas-nao-consegui-continuar.html>. Acesso em: ago. 2021.

a) Converse com os colegas e o professor: como esses fatos se relacionam com as noções de concentração de renda e de desigualdades? Podemos afirmar, com base nessa situação, a existência de desigualdade educacional. Que outros tipos de desigualdades você identifica nessa mesma situação? Qual a importância da educação para a diminuição da concentração de renda e das desigualdades sociais? Na sua opinião, respeitando as medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social necessárias durante a pandemia, que ações o poder público poderia ter realizado para garantir a realização de aulas *on-line* para estudantes de escolas públicas?

2. Observe as fotografias para responder às questões.

Fotografia 1



Wilfredor/Wikimedia Commons

Fotografia da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, 2019.

Fotografia 2



Alicia Nijdam/Wikicommons

Paisagem da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, em 2008.

Fotografia 3



Domínio público/Fotógrafo não identificado/Reprodução

Em 1917, uma grande greve de trabalhadores fabris, mal remunerados e sujeitos a jornadas de 14 horas diárias em condições insalubres, eclodiu em São Paulo. Na fotografia, grevistas em frente à Crespi, a primeira fábrica a parar naquele ano.

Fotografia 4



Domínio público/Guilherme Gaensly/Reprodução de material de acervo
Lavadeiras no rio Tamanduateí, São Paulo, 1904.

Fotografia 5



Domínio público/Marc Ferrez/Wikimedia Commons
Escravidados que trabalhavam com mineração, Pary, Minas Gerais, cerca de 1885.

Fotografia 6



Domínio público/Marc Ferrez/Wikimedia Commons

Vendedor ambulante no Rio de Janeiro, cerca de 1885.

a) Todas essas fotografias relacionam-se com o tema das desigualdades. Com os colegas e sob a orientação do professor, descrevam cada uma delas em detalhes. Com base nas legendas, procurem relacionar as representações com o contexto histórico e social de cada período, de acordo com os conhecimentos que vocês já possuem. Depois, procurem estabelecer relações entre as situações representadas. É possível dizer que as condições de desigualdades do passado interferem na atualidade? Por quê? Durante a conversa, apresente seus pontos de vista e conheça a perspectiva dos colegas.

b) Após a conversa, escreva um texto discutindo as características das desigualdades brasileiras a partir dos elementos das imagens e dos conhecimentos que você possui sobre a história do país.

Sequência didática 1

Distribuição de renda e bem-estar social

As desigualdades existentes em uma determinada sociedade resultam de processos históricos. Com uma economia baseada no grande latifúndio exportador dependente de mão-de-obra escrava desde o período colonial, a formação da sociedade brasileira foi estruturada na produção de desigualdades. Tendo o Brasil se constituído como uma sociedade de contrastes, esse fato deixou marcas duradouras em nossa história e são perceptíveis ainda hoje.

Mas não podemos dizer que as desigualdades são resultado apenas de condições e decisões tomadas num passado distante. Todo governo, ao produzir uma determinada política econômica, decide como alocar os recursos da sociedade, podendo beneficiar processos que geram maior concentração ou desconcentração da renda.

Por exemplo, um sistema tributário (que determina a forma da cobrança dos impostos) pode ser estruturado de modo que se cobre mais impostos das pessoas mais ricas da sociedade, com o intuito de reduzir as desigualdades. O governo pode ainda intervir na política salarial, garantindo que a elevação dos ganhos salariais seja relativamente maior do que a elevação dos lucros empresariais, o que também produz uma tendência de desconcentração da renda. Por outro lado, se a política econômica adotada pelo governo for voltada para estimular os ganhos das empresas em detrimento da adoção de políticas sociais, é possível que o resultado seja a ampliação das desigualdades entre a população.

Em 1974, o economista Edmar Bacha escreveu “O rei da Belíndia: uma fábula para **tecnocratas**”. O texto foi publicado logo após o chamado “milagre econômico”, período de grande crescimento da economia brasileira entre os anos 1968 e 1973, durante o regime militar. Apesar da intensa industrialização, da ampliação dos postos de trabalhos urbanos e do crescimento econômico, o período foi também marcado pela elevação da desigualdade econômica devido à concentração da riqueza.

Tecnocrata: o termo diz respeito a alguém que desempenha papel decisório dentro de um governo baseado na tecnocracia, isto é, governado por técnicos. Um tecnocrata é, em tese, um técnico, um especialista, que tem o poder de tomar decisões baseando-se em determinados conjuntos de conhecimentos técnicos ou científicos.

A divulgação dos dados do censo demográfico realizado em 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possibilitou que economistas realizassem estudos e análises sobre os efeitos da política econômica do governo militar, iniciado em 1964. Uma das constatações possibilitada pela publicação dos dados foi a intensidade da concentração de renda em apenas 10 anos: a parcela mais rica dos 10% da população brasileira que concentrava 40% da renda total em 1960 passou a controlar 48% da renda do país em 1970.



Ernani Baraldi/Wikimedia Commons

A ditadura militar durou vinte e um anos no Brasil e, durante esse longo período, a política econômica do governo dos militares, ainda que tenha apresentado diferenças, foi caracterizada pelas ideias de desenvolvimento econômico e de modernização do país, pautadas pela realização de obras de infraestrutura e integração do território nacional, o que era entendido como levar o “progresso” para regiões como a Amazônia. A geração de energia elétrica foi um tema de grande atenção e de significativos investimentos. Nesse sentido, foi construída, por exemplo, a Hidrelétrica de Jaguara, localizada entre São Paulo e Minas Gerais, representada nessa fotografia de 1972.

Edmar Bacha, como outros tantos importantes economistas brasileiros, passou a produzir relevantes estudos sobre as desigualdades existentes no período e a questionar a política econômica conduzida pelo então Ministro da Fazenda, e um dos personagens mais poderosos do governo militar, Antônio Delfim Netto. Defendendo a política de crescimento econômico, Delfim justificava que “primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Contudo, a partir da publicação dos dados do IBGE nos anos 1970 e da ampliação da produção dos economistas críticos ao governo militar, a sociedade passou a questionar essa ideia e defender a perspectiva de que não adiantava ter crescimento se não houvesse também a distribuição de renda. Assim, a partir do debate e das evidências apresentadas, o modelo econômico do governo foi colocado em questão, exigindo medidas para a reversão daquele cenário.

Destaque

A economia e os economistas

Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida.

Economia Capitalista é a organização das atividades econômicas por meio do mercado, baseada na propriedade privada e na qual a grande maioria das transações é mediada pelo dinheiro.

A Ciência Econômica é uma ciência social, que estuda o funcionamento da Economia Capitalista, sob o pressuposto do comportamento racional do homem econômico, ou seja, da busca da alocação eficiente dos recursos escassos entre inúmeros fins alternativos. Nesse sentido, a Ciência Econômica visa compreender como a Economia resolve os três problemas econômicos básicos: 1) O quê e quanto produzir? 2) Como produzir? e 3) Para quem produzir? Ou seja, o estudo da eficiência e da equidade. Contudo, no mundo contemporâneo, a sustentabilidade da produção para as gerações futuras se impõe como um quarto problema econômico básico, exigindo que se repense o crescimento econômico e o próprio sentido coletivo do consumo em permanente expansão sem propiciar um verdadeiro bem-estar às sociedades humanas. [...]

O que é economia? Faculdade de Economia e Administração da USP. Disponível em: www.fea.usp.br/economia/graduacao/o-que-e-economia. Acesso em: set. 2021.

A obra *A riqueza das nações* de Adam Smith, publicada em 1776, é tida como a origem da chamada **economia moderna**. A partir desta obra, um campo do conhecimento começou a se construir, criando conceitos, métodos de análise e formas de compreender a sociedade.

O desenvolvimento de técnicas e instrumentos para medir e estimar a alocação dos recursos escassos da sociedade, seja o dinheiro ou mesmo os recursos naturais, fez com que os economistas passassem a ser mais demandados pelos governos, para apoiar a decisão e a elaboração de políticas econômicas e sociais. Porém, ainda que a ciência econômica já tivesse alguns séculos, isso ocorreu somente a partir de meados do século XX. O vocabulário econômico possui muitos conceitos e termos típicos com os quais nos deparamos ao acompanharmos reportagens sobre a economia, na televisão, internet, jornais, entre outros meios. Quando economistas estão preocupados em medir a “saúde” da economia, é usual ouvirmos expressões como crescimento econômico, crise econômica e indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de lucros. Outro tema muito presente nos noticiários econômicos se relaciona à circulação de moedas e produtos e sua repercussão com os preços. Quando os preços dos bens e serviços sobem, estamos falando de inflação. Uma das formas do governo combater a inflação é pela elevação da taxa de juros, isto é, a política monetária do país. A comparação dos valores das moedas entre países (quantos reais preciso para comprar dólares, euros, pesos e outras moedas estrangeiras) é estabelecida pela taxa de câmbio. No mundo do trabalho, os economistas avaliam a evolução dos salários, das taxas de desemprego e de trabalho informal.

Apesar de buscarem conceitos e termos próprios, os economistas lidam diretamente com decisões que implicam na vida dos indivíduos. Por isso a ciência econômica é considerada uma ciência social aplicada: por meio de instrumentos matemáticos e estatísticos, os economistas produzem métricas e indicadores econômicos e sociais, para compreender a dinâmica das relações econômicas entre os indivíduos e a economia capitalista.

A partir deste momento você lerá e realizará atividades baseadas no texto de Edmar Bacha, “O rei da Belíndia”, que dividimos em quatro partes para uma melhor compreensão. Desse modo, esta sequência didática vai nos levar para o mundo dos economistas, mostrando como diferentes formas de calcular indicadores econômicos podem nos revelar dimensões bastante diferentes da sociedade. Entender essas diferenças é fundamental para podermos problematizar o debate econômico e buscar modos mais eficientes de combater as desigualdades.

O rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas, de Edmar Bacha

Parte 1 de 4

Era uma vez um reino situado num longínquo rincão a meio caminho entre o Ocidente e o Oriente, denominado Belíndia. Segundo revelações dos antigos, esse nome, estranha unidade dialética de contrários, tinha a ver com a natureza da colonização original do reino, onde povos trazidos das Índias produziam admiradas essências aromáticas que eram vendidas em mercados externos por comerciantes de origem belga.

Por aquele reino passou de certa feita um economista que, em visita ao rei, explicou de seus afazeres, introduzindo-o aos mistérios dos juros compostos e das taxas de crescimento de produtos e preços. Tão impressionado ficou o monarca com o visitante que de imediato o contratou para estimar a taxa de crescimento de Belíndia.

Para felicidade do visitante, Belíndia dispunha de um bom Instituto de Estatística, que também se dedicava ao traçado de mapas e cartogramas. Atendendo a um pedido do economista, os estatísticos produziram uma imensa listagem na qual arrolaram, na primeira coluna, os nomes dos belíndios economicamente ativos; na segunda coluna, os rendimentos em rupias-reais (a moeda que circulava no reino) percebidos no ano de MCMLX; e, na terceira coluna, a taxa de variação desses rendimentos (em rupias-reais de poder aquisitivo constante) entre MCMLX e MCMLXX para cada um dos nomes na lista.

A lista era enorme incluindo uma parcela substancial da população adulta de Belíndia. Por um passe de mágica, entretanto, uma amostra representativa de apenas seis elementos pôde ser extraída da população, com os seguintes resultados:

Nome	Renda Mensal em Rupias Reais em MCMLX	Taxa de crescimento da renda, em preços constantes, entre MCMLX e MCMLXX (%)
Antônio	100	15
Celso	10	2
Conceição	10	2
Fernando	10	2
Francisco	10	2
Paulo	10	2

Produção BBM

Com esses dados, o economista pôs-se a trabalhar. Seu problema consistia em agregar de alguma maneira essa multiplicidade de taxas individuais de crescimento, de modo a chegar a uma taxa única que representasse o crescimento de Belíndia na década. O economista meditou. Ele não conhecia as inclinações políticas do rei da Belíndia. Entretanto, ele considerou a possibilidade de estar lidando com um liberal-democrata. Se assim fosse, o rei deveria aderir ao princípio básico de a cada pessoa um voto, independente de cor, sexo, classe social ou crença religiosa. Se uma pessoa vale tanto quanto outra no plano político, é plausível admitir que também a taxa de crescimento de sua renda deva valer tanto quanto a taxa de crescimento da renda de outra pessoa, independentemente da condição social em que se encontre.

O agregado democrático das taxas de crescimento seria nesse caso obtido ponderando-se igualmente as taxas individuais de crescimento. Na amostra considerada, cada elemento receberia uma ponderação igual a 0,1667, um número que somado a si mesmo seis vezes iguala à unidade, como deve acontecer com a soma de ponderações que se prezam. Então, obtém-se: $15\% \times 0,1667 + 5 \times 2\% \times 0,1667 = 4,17\%$.

Nome	Renda mensal em rupias reais em MCMLX	Taxa de crescimento da renda, em preços constantes, entre MCMLX e MCMLXX (%)	Ponderação democrática
Antônio	100	15	$15\% \times 0,1667$
Celso	10	2	$2\% \times 0,1667$
Conceição	10	2	$2\% \times 0,1667$
Fernando	10	2	$2\% \times 0,1667$
Francisco	10	2	$2\% \times 0,1667$
Paulo	10	2	$2\% \times 0,1667$
			4,17%

Produção BBM

Com ponderações democráticas, a taxa de crescimento de Belíndia seria assim de 4,17% na década, ou seja, um meio-termo entre a taxa de crescimento de Antônio (15%) e a taxa de crescimento dos outros cinco nomes na amostra (2%), aproximando-se mais do segundo número devido ao maior número de pessoas que experimentaram esta taxa de crescimento.

Atividades

1. Existem conceitos, palavras ou expressões que você desconhece ou teve dificuldade de compreender? Releia o texto e tome nota. Você pode pesquisar algumas delas, como também conversar com o professor para que ele possa auxiliar nas suas dúvidas específicas. Repita esse procedimento para as outras quatro partes do texto.
2. Ao visitar o rei de Belíndia, união dos nomes Bélgica e Índia, o economista explicou-lhe sua profissão e acabou contratado. Qual foi o trabalho contratado pelo rei?
3. Como o economista optou por fazer esse cálculo?
4. Por que ele decidiu calcular dessa maneira?
5. Sob a coordenação do professor, converse com os demais colegas de sala sobre suas respostas das atividades 2 a 4. Vocês chegaram às mesmas conclusões? Como avaliam as escolhas do economista? Caso a taxa média de crescimento fosse calculada de outra maneira, atribuindo pesos diferentes a cada pessoa, o resultado seria o mesmo? De que forma esse novo resultado poderia transformar a visão do rei sobre seu país e que efeitos isso poderia ter?

Parte 2 de 4

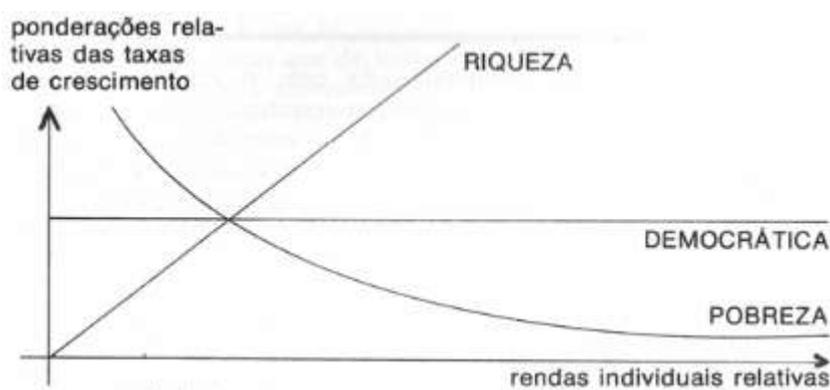
Pensando melhor, o economista – ele próprio um liberal – constatou nos dados a extrema desigualdade da distribuição da renda em Belíndia em MCMLX. Antecipou, então, que uma das metas do rei seria a alteração dessa distribuição na direção de maior igualdade de níveis de renda. Uma expressão quantitativa desse sentimento seria a avaliação das taxas de crescimento na razão inversa da renda das pessoas. Ou seja, a taxa de crescimento de uma pessoa rica receberia uma ponderação baixa e a de uma pessoa pobre, uma ponderação alta. No caso em tela, como Antônio tem uma renda dez vezes maior do que a dos outros cinco, a taxa de crescimento de sua renda teria uma ponderação dez vezes menor que a dos demais.

À nova taxa obtida com tais ponderações o economista denominou de "agregado da pobreza", por razões que lhe pareceram óbvias. Seguindo as regras acima, ele deu à taxa de crescimento da renda de Antônio um peso de 0,0196 e às taxas de crescimento da renda dos demais um peso de 0,196, que foram os valores mais aproximados às ponderações ideais que pôde obter. O resultado para o agregado foi o seguinte:

$$15\% \times 0,0196 \times + 5 \times 2\% \times 0,196 = 2,25\%$$

Com ponderações da pobreza, o economista concluiu que a taxa de crescimento na década fora de 2,25%. Portanto, significativamente menor que a taxa democrática, como seria de esperar, já que a taxa da pobreza enfatiza mais do que a primeira a experiência dos mais pobres, cuja renda teve um crescimento bem menor que a dos mais ricos.

Com essas duas taxas, o economista ia considerar encerrada sua tarefa e inclusive traçou um gráfico para melhor explicar sua metodologia. No eixo vertical colocou o valor das ponderações relativas e no eixo horizontal o valor das rendas individuais relativas. As duas regras de ponderação foram então representadas pelas linhas abaixo:



Fonte: BACHA, Edmar. “O rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas”. *Belíndia 2.0. Fábulas e ensaios sobre o país dos contratos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 36.

Atividades

6. Por que o economista decidiu calcular uma segunda taxa?
7. Como ele calculou essa nova taxa?
8. O que essa taxa ilustra?
9. Sob a coordenação do professor, converse com os demais colegas de sala sobre suas respostas das atividades 6 a 8. Vocês chegaram às mesmas respostas? Como avaliam o novo cálculo do economista? Quais podem ser as consequências sobre o comportamento do rei ao se calcular uma taxa média de crescimento de renda dessa forma?
10. Observe o gráfico e relacione a linha “democrática” e a curva “pobreza” às taxas calculadas. O que significa a linha “democrática” ser uma linha paralela ao eixo de rendas individuais, com um valor de “ponderação relativa” fixo? Por que a curva “pobreza” decresce à medida que a renda do indivíduo aumenta?

Parte 3 de 4

A terceira linha, saindo da origem e com uma inclinação positiva, o economista havia traçado apenas para referência. Entretanto, verificou que ela expressava um novo tipo de ponderação, exatamente inverso à ponderação da pobreza.

De acordo com essa linha, as ponderações das taxas de crescimento são tão mais altas quanto maiores forem as rendas individuais. Ou seja, a taxa de crescimento da renda do rico vale mais que a do pobre; e as ponderações variam proporcionalmente com a riqueza das pessoas. O economista não podia a princípio ver em que tipo de filosofia política enquadrar essas ponderações, mas finalmente imaginou que elas traduzissem uma aplicação de certo pensamento religioso segundo o qual a riqueza material era um sinal de bem-aventurança futura no reino dos céus; como os ricos eram os escolhidos, cabia ponderar a taxa de crescimento de sua renda mais fortemente do que a dos pobres, a quem estava reservada a danação no inferno.

As ponderações da riqueza para Belíndia foram fáceis de achar; Antônio tinha uma renda de 100 para uma renda total de 150 ($100 + 5 \times 10$); logo, a ponderação da taxa de crescimento de sua renda seria de $100/150 = 0,6667$; cada um dos demais membros teria uma ponderação de $10/150 = 0,0667$. E o Agregado da Riqueza pôde ser obtido imediatamente: $15\% \times 0,6667 + 5 \times 2\% \times 0,0667 = 10,67\%$

O relatório final, portanto, concluía com três alternativas para a taxa de crescimento de Belíndia, as quais o economista sumariou no seguinte quadro:

Taxas de crescimento de Belíndia na década entre MCMLX e MCMLXX	
Ponderações	Taxas (%)
Democrática	4,17
Pobreza	2,25
Riqueza	10,67

Produção BBM

Atividades

- 11.** Por curiosidade, o economista decidiu calcular uma terceira taxa de crescimento usando os mesmos dados da população de Belíndia. O que essa taxa significava?
- 12.** Que tipo de sociedade o economista imaginou que utilizaria uma taxa desse tipo? Por quê?
- 13.** Por que a terceira taxa calculada teve um resultado superior às outras?
- 14.** Sob a coordenação do professor, converse com os demais colegas de sala sobre suas respostas das atividades 11 a 13. Vocês chegaram às mesmas respostas? Como avaliam o cálculo final do economista? Quais podem ser as consequências sobre o comportamento do rei ao se calcular uma taxa média de crescimento de renda dessa forma?

Parte 4 de 4

O rei ficou muito impressionado com o relatório que o economista lhe fez, onde ficava claramente ressaltada a necessidade de um juízo de valor, de um julgamento político, antes de poder chegar a um valor agregado para o crescimento do reino. Qual não foi sua surpresa entretanto ao receber um relatório de seus próprios conselheiros, onde se afiançava que a taxa de crescimento da economia na década tinha sido de 10,67% e ponto final. "Como os senhores chegaram a esse resultado?", indagou o rei, de posse do relatório do economista visitante, que ainda não fora dado a conhecer aos pares do reino. "Muito simplesmente, majestade. A renda total do reino em MCMLX foi igual a 150 rupias-reais. Para calcular a renda de MCMLXX basta ver que a renda de Antônio, que era de Rr\$ 100 aumentou de 15%; logo, passou para Rr\$ 115; a renda das seis outras pessoas era de Rr\$ 10 e aumentou de 2%, logo passando para Rr\$ 10,2 em MCMLXX. Somando: $115 + 5 \times 10,2 = \text{Rr\$ } 166$ "

"Para calcular a taxa de crescimento do reino na década, basta, pois, subtrair 150 de 166 e dividir o resultado por 150, ou seja: $(166-150)/150 = 10,67\%$. Essa, majestade, a taxa de crescimento do agregado que, na contabilidade nacional, se chama de renda pessoal disponível. Desde que somemos a esse agregado o valor dos lucros retidos, dos impostos e da depreciação, obtemos o conceito de Produto Interno Bruto (PIB) que Vossa Majestade tem usado frequentemente e cuja taxa de crescimento é praticamente igual à da renda pessoal disponível, como lhe poderemos mostrar".

"Não, não, está bem", balbuciou o rei, que não suportava o economês de seus conselheiros, o qual sempre o deixava muito confuso, acostumado que era aos raciocínios simples e diretos. Mas, sozinho, pôs-se a meditar sobre a igualdade entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de crescimento com ponderações da riqueza. Logo para ele se tornou claro o mistério: medir o crescimento do PIB diretamente é apenas uma maneira de encobrir um sistema de ponderações no qual cada pessoa comparece com o valor de sua renda; portanto, o resultado dos dois procedimentos somente poderia ser o mesmo.

O rei compreendeu então que o PIB era uma espécie de Felicitômetro dos Ricos. Incontinenti, mandou demitir seu conselheiro-mor para finanças que de longa data lhe vinha afiançando que o PIB era uma medida exclusivamente técnica, envolvendo apenas conceitos contábeis, e não tendo qualquer implicação ética. E decretou à fundação que calculava as contas nacionais do reino que doravante explicitasse as ponderações adotadas, utilizando os três conceitos alternativos de crescimento tal como apresentados no relatório do economista visitante. Desde estes acontecimentos o reino tem vivido dias mais felizes, pois, embora pobre, passou pelo menos a contar com medidas honestas de crescimento.

MORAL: Já não se fazem reis como antigamente.

Atividades

15. O rei observou que o cálculo do PIB feito por seus conselheiros correspondia à terceira taxa calculada pelo economista, ou seja, ao crescimento ponderado proporcionalmente à renda anterior do indivíduo (quanto mais rico, mais importante para o cálculo). Tendo em vista que, em todo o mundo, o PIB é calculado da mesma maneira que os conselheiros do rei calcularam, podemos considerar os índices e as interpretações estatísticas como “neutros”, “técnicos” e sem “influências políticas”? Explique.

16. Em uma roda de conversa, discutam: o forte crescimento econômico, por si só, leva necessariamente a melhores condições de vida para toda a população? Como a fábula de Belíndia nos ajuda a refletir sobre isso?

Crescimento e bem-estar social

A fábula escrita por Bacha apresenta uma série de características importantes para a nossa discussão sobre a distribuição da riqueza coletiva. O autor demonstra que o crescimento econômico, por si só, não é capaz de gerar o bem-estar da sociedade, isto é, de garantir o pleno atendimento das necessidades básicas da população. Outros elementos e indicadores precisam ser avaliados, a fim de verificar se determinado crescimento econômico possibilitou melhores condições e qualidade de vida à maioria da população.

Vejamos, como exemplo, dados do período entre 1968 e 1973, conhecido como “milagre econômico”. Conforme a tabela a seguir, apesar de taxas de crescimento significativamente altas, com média de 10% do PIB anualmente, não se viu uma correspondência no que se refere ao aumento da renda real dos 80% mais pobres do país (indicados nas duas primeiras linhas). Mesmo os 15% seguintes (que corresponde à terceira categoria representada na tabela), basicamente mantiveram o seu nível de renda. Apenas os 5% mais ricos (última linha) se beneficiaram realmente do crescimento.

Comparação da distribuição da renda no Brasil (1960, 1970 e 1976) – Participação aproximada na renda nacional em %			
PEA (em %)	1960	1970	1976
50% mais pobres	18	15	12
30% seguintes	28	23	21
15% seguintes	27	27	28
5% mais ricos	27	35	39

Fonte: LINHARES, Maria Y. (Org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 354.

Como dissemos, outros indicadores são usados para verificar o bem-estar da sociedade, como os índices de acesso e qualidade em educação, saúde, transporte e moradia.

No que diz respeito à educação, por exemplo, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que a taxa de jovens entre 15 e 17 anos que cursavam 2º grau (o que atualmente chamamos de Ensino Médio) pouco cresceu durante o “milagre econômico”, permanecendo próximo de 15% no final do período militar. Esse indicador teve significativa expansão somente depois dos anos 1990, quando, com a promulgação da Constituição de 1988, a educação passou a ser um direito de todos e um dever do Estado. Em 2004, os matriculados no Ensino Médio chegaram a 50% da população, em 2010, a quase 60%.

Outro dado impactante que pode ser lembrado é o valor do salário mínimo real: em 1963 correspondia a mais de 1.000 reais e decresceu para menos de 600 reais em 1982, quando ainda vigia o regime militar no Brasil.

Em suma, a política econômica empregada durante o regime militar foi responsável por um forte incremento na concentração da renda do país. Além disso, a opção de não aproveitar o momento de crescimento para promover políticas públicas que garantissem maior bem-estar social e fundamentassem condições para um desenvolvimento posterior, incluindo parcelas mais amplas da sociedade, contribuiu para a manutenção das desigualdades existentes no Brasil.

Atividades

17. Para responder às questões, assista ao documentário produzido em 2019 pela TV Folha sobre desigualdades no mundo globalizado, cujo capítulo 5 trata do Brasil. Nele, você encontrará uma discussão sobre os aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos envolvidos no quadro atual de profundas desigualdades na sociedade brasileira.

Link:

www.youtube.com/watch?v=PGgVZAZJKwY (acesso em: ago. 2021)

a) A fábula Belíndia e o documentário da TV Folha se referem a dois momentos da história brasileira em que houve certo crescimento econômico: a primeira remete ao período entre 1968 e 1973, chamado de “milagre econômico”, e o segundo, entre 2003 e 2014. Comparativamente, podemos considerar que eles tiveram impactos semelhantes na questão da distribuição da renda? Explique.

b) Do ponto de vista do bem-estar social, as conquistas, existentes ou não, em ambos os períodos foram duradouras? A que razões podemos atribuir esses resultados?

c) Sobre alguns dos problemas vividos pelas pessoas apresentadas no documentário: pode-se atribuir essas dificuldades à ausência de empenho e esforço delas? Explique seu posicionamento.

Sequência didática 2

Trabalhando como economista: o uso de indicadores econômicos e sociais

Os economistas se tornaram, ao longo do século XX, importantes profissionais não somente na atuação mais direta em indústrias, bancos e empresas de maneira geral, mas também na promoção de estudos e planos voltados para os governos. Esses estudos podem ser direcionados para setores tradicionais da política econômica, como a política monetária e fiscal, e também para a preparação de políticas educacionais, de saúde, de infraestrutura, entre outras. No que diz respeito às desigualdades, os indicadores econômicos se tornaram poderosos instrumentos de análise e avaliação das políticas dos países, destacando os avanços e limites de suas ações para a melhora da qualidade de vida de suas populações.

Nesta sequência didática, vamos adentrar um pouco mais no universo dos economistas, trabalhando com alguns conceitos e indicadores econômicos relevantes.

Renda

A renda de uma pessoa é um dos principais fatores a condicionar suas possibilidades de consumo: o que comer, onde e como morar, qual celular ou roupa comprar, se pode se deslocar pela cidade e como se locomover, se há tempo disponível para lazer e o que fazer nesse tempo, entre outros aspectos do cotidiano. Em última instância, o dinheiro é, de acordo com o modo de vida predominante nas sociedades contemporâneas, o principal elemento a determinar as condições de sobrevivência e qualidade de vida de uma pessoa.

As possibilidades de acesso à renda, isto é, de acesso à participação na riqueza coletiva são determinadas por muitos fatores, como escolaridade, gênero, ascendência étnica, nacionalidade (em caso de trabalhadores imigrantes), etc.

Destaque

Qualidade de vida

Qualidade de vida é um termo de difícil conceituação, e, durante as últimas décadas, apesar dos debates, não se chegou a um consenso [...]. Conceitos de qualidade de vida tiveram interesse inicialmente por cientistas sociais, filósofos e políticos [...].

O termo qualidade de vida foi mencionado pela primeira vez em 1920 por Pigou, em um livro sobre economia e bem-estar. Ele discutiu o suporte governamental para pessoas de classes sociais menos favorecidas e o impacto sobre suas vidas e sobre o orçamento do Estado [...]. O termo não foi valorizado e foi esquecido. Contudo, para outro autor, o termo qualidade de vida foi utilizado pela primeira vez por Lyndon Johnson, em 1964, então presidente dos Estados Unidos, que declarou: “... os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” [...].

Após a Segunda Guerra Mundial, o termo passou a ser muito utilizado [...], com a noção de sucesso associada à melhoria do padrão de vida, principalmente relacionado com a obtenção de bens materiais, como casa própria, carro, salário, e bens adquiridos [...]. O termo qualidade de vida foi, então, usado para criticar políticas, nas quais o objetivo era o crescimento econômico sem limites. O conceito foi, a seguir, ampliado, a fim de medir o quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente. Com o passar dos anos, o conceito se ampliou, significando, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, como educação, saúde, lazer, etc. [...]

Ultimamente, tem-se valorizado fatores como satisfação, qualidade dos relacionamentos, realização pessoal, percepção de bem-estar, possibilidades de acesso a eventos culturais, oportunidades de lazer [...], entre outros, como a felicidade, solidariedade e liberdade. [...]

Kluthcovsky, Ana Cláudia G. C.; Takayanagui, Angela Maria M.
Qualidade de vida: aspectos conceituais. Revista Salus Garupuava- PR. Jan/jun. 2007; 1
(1): 13-15 Disponível em:

www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/artigos/12.pdf .

Acesso em: set. 2021.

Atividades

1. O fato de que as pessoas tenham rendas diferentes faz com que o mesmo valor pago por determinado produto ou serviço tenha impactos diferentes na qualidade de vida de cada um, na medida em que gastos idênticos exigem parcelas diferentes das rendas de cada pessoa ou família. Analise a tabela para responder às questões e compreender melhor a interação entre renda e despesas.

	Família 1		Família 2		Família 3	
	Valor em reais (R\$)	% da renda	Valor em reais (R\$)	% da renda	Valor em reais (R\$)	% da renda
Renda	1.600,00	100,0%	2.500,00	100,0%	10.000,00	100,0%
Aluguel	800,00	50,0%	800,00	32,0%	1.600,00	16,0%
Comida	400,00	25,0%	400,00	16,0%	800,00	8,0%
Transporte	320,00	20,0%	1.200,00	48,0%	1.200,00	12,0%
Outros	80,00	5,0%	100,00	4,0%	6.400,00	64,0%

Produção BBM

a) Quais as proporções da renda que cada uma das famílias 1 e 2 gasta com moradia e alimentação? Qual parcela de seus R\$ 10.000,00 a família 3 desembolsa nessas despesas?

b) Considere que a família 1 ande de ônibus enquanto a família 2 e 3 pagam prestações, combustível e seguro de um automóvel. Quanto cada uma delas gasta com transporte em relação à própria renda? Quanto a mais de sua renda a família 2 gasta com transporte relativamente à família 3, apesar de ambos desembolsarem R\$ 1.200 mensalmente?

2. Além do fato de gastos idênticos exigirem parcelas diferentes das rendas das pessoas, os preços pagos pelos produtos também mudam com o tempo e o lugar. Ao aumento dos preços de produtos e serviços com o passar do tempo se dá o nome de inflação, sendo seu efeito diferente de uma família para outra, de acordo com cada estrutura de gastos. Vejamos um exemplo de impacto da inflação na renda de diferentes famílias com o aumento de 20% no preço dos alimentos.

	Família 1		Família 2		Família 3	
	Valor em reais (R\$)	% da Renda	Valor em reais (R\$)	% da Renda	Valor em reais (R\$)	% da Renda
Renda	1.600,00	100,0%	2.500,00	100,0%	10.000,00	100,0%
Antes	400,00	25,0%	400,00	16,0%	800,00	8,0%
Depois	480,00	30,0%	480,00	19,2%	960,00	9,6%

Produção BBM

Para a Família 1, os R\$ 80,00 gastos a mais com alimentos equivalem a um aumento de 5% de seu custo de vida, pois terão de gastar 30% de sua renda total em comida ao invés de 25%. Os mesmos R\$ 80,00 a mais para a Família 2, entretanto, significam um gasto total adicional de 3,2% de sua renda. A Família 3, que já gastava o dobro com comida e, portanto, terá de pagar R\$ 160,00 adicionais, arcará com um custo adicional equivalente a apenas 1,6% de sua renda. Isso posto, em grupos de até quatro estudantes, discutam os tópicos a seguir e elaborem uma resposta conjunta para cada questão. Em seguida, apresentem as respostas para o restante da turma. Cada grupo deverá tomar notas das apresentações dos colegas para que, ao final, sob a orientação do professor, vocês comparem as visões e respostas.

- a)** Suponham que a Família 1 tenha casa própria e, portanto, não pague aluguel. Qual o impacto disso no custo de vida da família? Suponham agora que seja a Família 3 que não pague aluguel. Vocês acham que o impacto seria proporcionalmente maior em qual das famílias? Justifiquem suas respostas.
- b)** Qual seria o impacto para as famílias de um aumento de 10% no preço das passagens do transporte público? A Família 1 poderia comprar um carro, pagar as prestações, o combustível e o seguro e escapar desse aumento, considerando sua renda e o custo disso? As outras famílias poderiam usar o transporte público, se quisessem ou precisassem? Estabeleçam uma relação entre desigualdade e liberdade.
- c)** Elaborem um gráfico de barras verticais para representar a renda de cada uma das famílias e dividam as barras de acordo com as despesas. Apesar de conter as mesmas informações da tabela, o gráfico transmite alguma ideia diferente? Expliquem.

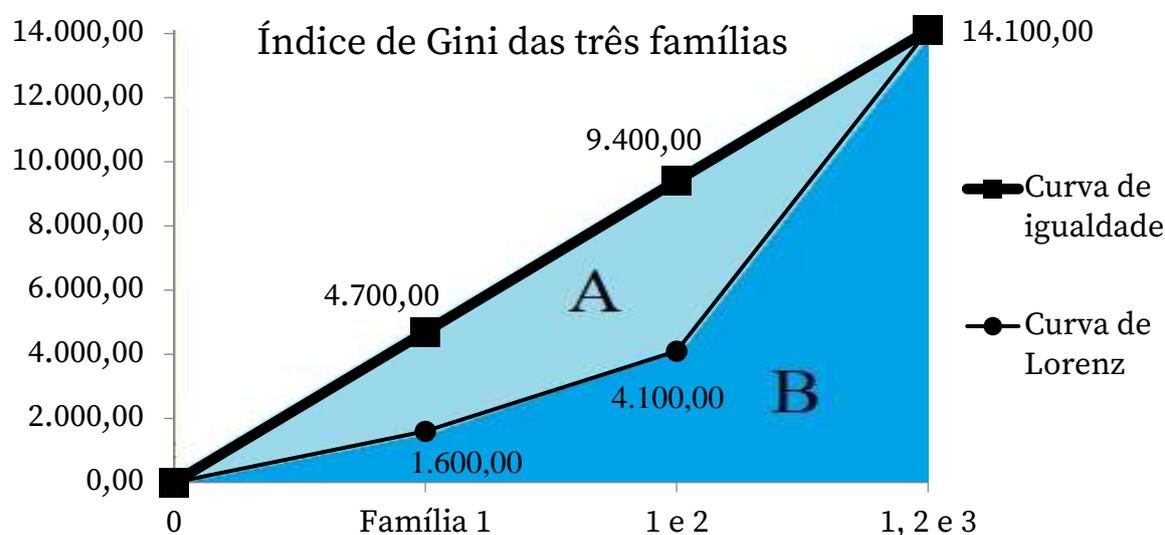
O Índice de Gini

A desigualdade de renda presente entre as famílias que trabalham na atividade da página 28 é um retrato simplificado das desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Existem diversos indicadores para medir as desigualdades. O Índice de Gini é um dos mais utilizados. Ele mede o grau de diferença de qualidade de vida entre pessoas de um mesmo país a partir da renda, por meio de um valor numérico que representa o nível de concentração da renda de uma população. Com esse índice também é possível comparar o grau de desigualdade econômica entre diferentes países.

O cálculo do Índice de Gini é uma comparação simples entre uma situação de igualdade completa, em que não há concentração da renda, e a real distribuição da renda da sociedade, com presença da desigualdade.

Ainda nos baseando no exemplo da distribuição de renda das três famílias fictícias apresentado anteriormente, vejamos sua demonstração gráfica de acordo com o cálculo do Índice de Gini:



Produção BBM

Para o cálculo, em primeiro lugar, organiza-se a chamada **Curva de Lorenz**, obtida através da soma da renda total da população até cada indivíduo (nesse caso, as famílias) organizado em ordem crescente de renda. Ou seja, no primeiro ponto está a renda da Família 1, R\$ 1.600,00; no segundo ponto, a soma da renda das Famílias 1 e 2 (R\$ 4.100,00); e, no ponto três, a soma da renda total das três famílias (R\$ 14.100,00).

A **Curva de igualdade**, posicionada acima em traço mais grosso que a Curva de Lorenz, considera a média das rendas das três famílias (R\$ 4.700,00), ou seja, como se todos ganhassem o mesmo valor, e soma esses valores de ponto a ponto.

Para a obtenção do Índice de Gini, é calculada a razão entre a área das curvas (área A) e a área total da curva de igualdade (área A + área B), ou seja, $Gini = A / (A+B)$. Uma vez que a área (A+B) não muda, quanto menor for A, maior será B e menor será o valor $A / (A+B)$, pois o numerador diminuirá enquanto o denominador seguirá igual. Assim, quanto menor for a distância entre as curvas (menor Índice de Gini), mais próxima a distribuição estará da igualdade. Inversamente, quanto maior o valor do índice, mais distante a renda da sociedade está da distribuição igualitária, então mais desigual e concentrada é a renda.

Apesar da renda ser um indicativo razoável da qualidade de vida das pessoas a partir de certo nível de renda e, por isso, uma forma comum de medir a desigualdade, ela não é a única variável utilizada para isso. Dependendo das circunstâncias, inclusive, o dinheiro pode não ser uma maneira apropriada de medir a condição de vida das pessoas. A situação de saneamento básico no Brasil é um bom exemplo disso.



Léu Britto/Agência Mural

Fazenda da Juta, em Sapopemba, na zona leste da capital de São Paulo, em 2016. No Brasil, quase metade da população não possui coleta de esgoto (48%, SNIS, 2017). O acesso à água tratada, que também é um direito constitucional, não existe para 35 milhões de pessoas no país (SNIS, 2017). Será que a renda dessas famílias é o único problema dessa comunidade?

Populações em situação de pobreza e de extrema pobreza, sujeitas a condições de vida muito diferentes, podem apresentar níveis de renda semelhantes, de modo que indicadores baseados apenas na renda podem ser imprecisos para determinar o grau de carência de certa população. Ainda que exista uma relação próxima entre a desigualdade de renda e o acesso a serviços básicos, de forma que aumentar a abrangência desses serviços teria também impactos positivos sobre a distribuição de renda, a dificuldade de acesso a esses serviços pode implicar em diferenças significativas de qualidade de vida entre pessoas com níveis de renda semelhantes. Dessa forma, medir o acesso das pessoas a serviços básicos nos oferece informações potencialmente mais importantes do que uma simples comparação das rendas.

Atividades

3. Sob a coordenação do professor, toda a turma deverá discutir as questões a seguir, anotando os comentários que sintetizam as ideias apresentadas.

a) Como dissemos, o Índice de Gini também permite comparar a desigualdade entre países. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2018, o Brasil era a 9ª maior economia do mundo e, ao mesmo tempo, ocupou a 9ª colocação do Índice de Gini (0,539), o que o colocou, naquele ano, como o nono país mais desigual do planeta, além da 2ª colocação de país onde a renda é mais concentrada fora do continente africano. Com base nessas informações e nos seus conhecimentos, que conclusões podemos tirar a respeito do nosso país?

b) Observem novamente o gráfico e as tabelas elaborados para as rendas e despesas das famílias e reflitam: Parece uma situação muito desigual? Por quê? O que vocês pensam ao saber que essa distribuição de renda (R\$ 1.600,00, R\$ 2.500,00 e R\$ 10.000,00) é significativamente mais igualitária que a do Brasil, segundo os dados do FMI em 2018?

4. Em trios, elaborem o gráfico com a **Curva de Lorenz** e a **Curva de igualdade** dos três integrantes do grupo, considerando como “renda” de cada um o número de materiais dentro dos seus estojos: lápis valem R\$ 100,00, canetas R\$ 300,00, apontadores R\$ 500,00, réguas R\$ 800,00 e borrachas R\$ 1.000,00. Calculem o Índice de Gini entre vocês e comparem com os da turma. Qual o trio mais desigual? Qual o trio com maior “renda”? Há algum padrão na turma entre os Índices de Gini e as “rendas” totais?

Do PIB ao IDH-P: como os indicadores podem ajudar na promoção de políticas públicas

A construção de indicadores de crescimento econômico e bem-estar de uma população é um processo complexo. O PIB, por exemplo, é uma medida corriqueira, um indicador de crescimento bastante disseminado entre economistas e nos principais jornais econômicos. No entanto, sendo o PIB um instrumento de avaliação do crescimento, ele não é suficiente para captar plenamente a diferença da riqueza entre países, tampouco para medir indicadores de distribuição de riqueza e dados sociais.

O uso de indicadores econômicos distintos pode revelar dimensões bem diversas da sociedade. É por isso que esses indicadores são continuamente pensados e repensados, e a criação de novos indicadores pode nos revelar a mudança das preocupações da sociedade. Defender que determinadas variáveis façam parte de indicadores econômicos e sociais é também um ato político de reconhecer o destaque de temas que outrora foram considerados menos relevantes. Vamos conhecer alguns indicadores.

PIB: Produto Interno Bruto

Ao longo do século XX, os economistas aprimoraram significativamente as formas de avaliar o comportamento de uma economia. Eventos como a Grande Depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial foram determinantes para que os governos buscassem maneiras mais eficientes de planejar a economia, de ter controle sobre os recursos públicos e de ter métricas precisas sobre a dinâmica da produção e da circulação dos bens em seus países. Um dos principais indicadores a ser usado para acompanhar a evolução da economia foi o Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB mede a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país durante o período de um ano. Desse modo, considera-se que o valor daquilo que é produzido corresponde à riqueza gerada em um país naquele período. Pode-se medir o PIB de regiões menores, como um município ou estado.

A produção de riqueza medida pelo PIB passou a colocar o crescimento econômico como um ideal a ser perseguido pelos economistas. Muitos defendem que o crescimento vigoroso do PIB permite melhorar a oferta de emprego, ampliar a renda nacional e o consumo da população, entre outros aspectos.

PIB per capita

O PIB per capita é usado para medir a riqueza de um país dividindo-se o PIB pelo tamanho da população para obter uma média por habitante. Na realidade, portanto, trata-se do mesmo indicador de que tratamos acima, mas sendo ponderado pelo tamanho da população do país. Como países com PIB parecidos e com populações muito diferentes terão uma riqueza individual muito distinta, entende-se que o PIB não basta para saber o tamanho da riqueza de um país. Vejamos alguns exemplos.

País	PIB per capita
Suíça	US\$ 81.994
Estados Unidos	US\$ 65.281
Reino Unido	US\$ 42.300
Japão	US\$ 40.247
Espanha	US\$ 29.614
Uruguai	US\$ 16.190
Brasil	US\$ 11.611

Fonte: Banco Mundial, 2019.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

Ao longo da segunda metade do século XX, começou-se a questionar se o crescimento econômico seria a melhor forma de avaliar o bem-estar de uma população. Como no debate sobre a fábula “Belíndia”, economistas passaram a acreditar que era importante apresentar medidas sobre as populações que também incorporassem indicadores sociais. Assim, além dos indicadores de renda (PIB/per capita), desde 1990 a Organização das Nações Unidas faz o uso dos indicadores sociais, de saúde (expectativa de vida) e educação (índice de alfabetização e escolarização da população) para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

As ponderações geram resultados entre 0 e 1, que são divididos da seguinte forma:

- ▶ IDH baixo: reúne todos os países que apresentam índice abaixo de 0,500;
- ▶ IDH médio: países com índice de 0,500 a 0,799;
- ▶ IDH alto: países com índice de 0,800 a 0,899;
- ▶ IDH muito alto: países cujo índice encontra-se igual ou acima de 0,900.

O IDH-P

Mais recentemente, a preocupação com o meio ambiente tem levado economistas e pesquisadores de outras áreas a incorporar indicadores ambientais nas métricas de desenvolvimento dos países. Incluir o quanto se emite de dióxido de carbono em cada país, por exemplo, pode contribuir com o desenvolvimento de políticas econômicas que fomentem mudanças na produção de modo a reduzir os impactos ambientais.

Tendo em vista a gravidade e a urgência de ações voltadas para o problema das mudanças climáticas, o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas de 2020 defendeu uma visão de desenvolvimento humano que leve em consideração os problemas ambientais. Conforme o documento: “Os países devem redesenhar seus caminhos de desenvolvimento para reduzir os danos ao meio ambiente e ao mundo natural, ou correm o risco de impedir o progresso da humanidade em geral”. Para isso, foi proposta a criação do IDH-P, um indicador que, além das variáveis econômicas e sociais já presentes no IDH, incorpore variáveis ambientais.

De acordo com os estudos indicados no relatório, se o novo índice fosse criado, o Brasil subiria da 84^a posição do IDH para a 74^a do IDH-P. A justificativa para a melhora da posição do país é sua menor emissão de dióxido de carbono em comparação com outros países.

Em suma, além de poder mostrar a riqueza geral produzida em um país (PIB), também é possível ponderar essa riqueza pelo tamanho da população (PIB per capita), assim como associar essas informações a indicadores sociais, a fim de analisar a distribuição da riqueza entre a população (IDH). E tudo indica que, para avaliar e promover o bem-estar da sociedade, será necessário incorporar medidas relacionadas às condições do mundo natural, e novos índices devem ser criados nesse sentido.

Atividades

5. Volte à tabela da página 34 para responder às questões: qual é o país com o maior PIB per capita dos países? É possível dizer que a ordem seria a mesma se estivéssemos somente olhando para o PIB? Qual é a operação que você deve realizar para encontrar o PIB dos países selecionados? Monte, em ordem decrescente, a lista dos PIB dos países selecionados.

6. Com base em dados de PIB, PIB per capita e IDH, instituições como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional criam rankings entre os países. Pensando como são construídos os dados desses três indicadores, você acha que a posição do Brasil no ranking do IDH será maior ou menor do que a dos outros dois indicadores? Justifique.

7. A Wikipedia reproduz os dados oficiais do PIB, PIB per capita e IDH produzidos pelas agências internacionais. Procure as listas divulgadas pelo site para confirmar se sua resposta acima estava correta.

8. Selecione os cinco países com maior IDH mundial. Esses países possuem os maiores PIB mundiais?

9. Como vimos, nas últimas décadas, à medida que novas demandas da sociedade surgiram, houve um constante esforço na criação de novos indicadores para que pudéssemos medir o desempenho dos países e acompanhar a evolução de suas políticas no sentido de mitigar os desafios apontados. Sob a coordenação do professor, reúnam-se em grupos. Cada grupo deverá refletir sobre a escola e identificar um tema que precise ser melhor enfrentado por toda a comunidade escolar. Em seguida, vocês deverão criar um indicador que permita acompanhar esse tema ao longo do tempo, tanto para verificar o seu comportamento ao longo do tempo, quanto para identificar problemas que demandem ações da comunidade escolar. Para isso, procurem listar as variáveis ligadas ao tema e encontrar um modo de combiná-las e medi-las. Por exemplo, considerando o tema do lixo e dos resíduos produzidos e os impactos ambientais, vocês podem pensar no cruzamento de variáveis como o tamanho da população a ser analisada (que pode ser a população de uma turma da escola, de uma faixa etária, dos funcionários etc.), quantidade de lixo produzido, tipo de material descartado, etc.

Sequência didática 3

As desigualdades na história da sociedade brasileira

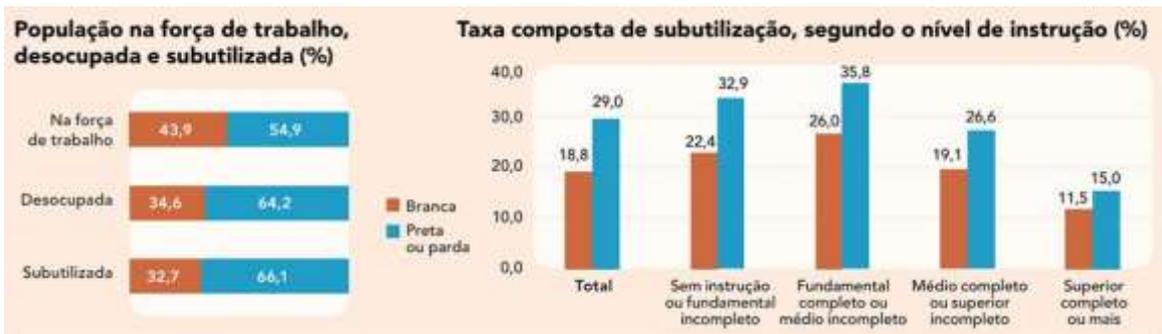
Como vimos, o Brasil é um país profundamente desigual. As diferenças entre os mais ricos e os mais pobres são imensas e atravessam séculos, pois as desigualdades presentes hoje em nossa sociedade estão ligadas a processos históricos de maior duração, como o próprio processo de formação do país.

Desde os anos 1820 até os dias atuais, próximos do bicentenário da independência política, o Brasil tem carregado as marcas da escravidão, evidenciadas nas desigualdades que incidem de modo ainda mais grave sobre as populações afrodescendentes do país.

Os mais de trezentos anos de escravidão no Brasil interferem, por exemplo, no fato de que diversos tipos de trabalho realizados anteriormente por pessoas escravizadas sejam hoje extremamente desvalorizados, como os trabalhos de limpeza e de coleta de lixo. Como consequência, a renda das pessoas que atuam em profissões como essas costuma ser baixa, apesar da importância de tais atividades – que envolvem a higiene, a saúde e o bem-estar da sociedade.

A permanência do racismo, também perpetuado através da naturalização da escravização de pessoas africanas, impacta, entre outros aspectos, na dificuldade de acesso por parte de milhares de afro-brasileiros a trabalhos mais valorizados, ainda que tenham excelente formação.

Observe cada um dos gráficos a seguir, procurando refletir sobre como as desigualdades incidem de modo mais grave sobre a população preta e parda.

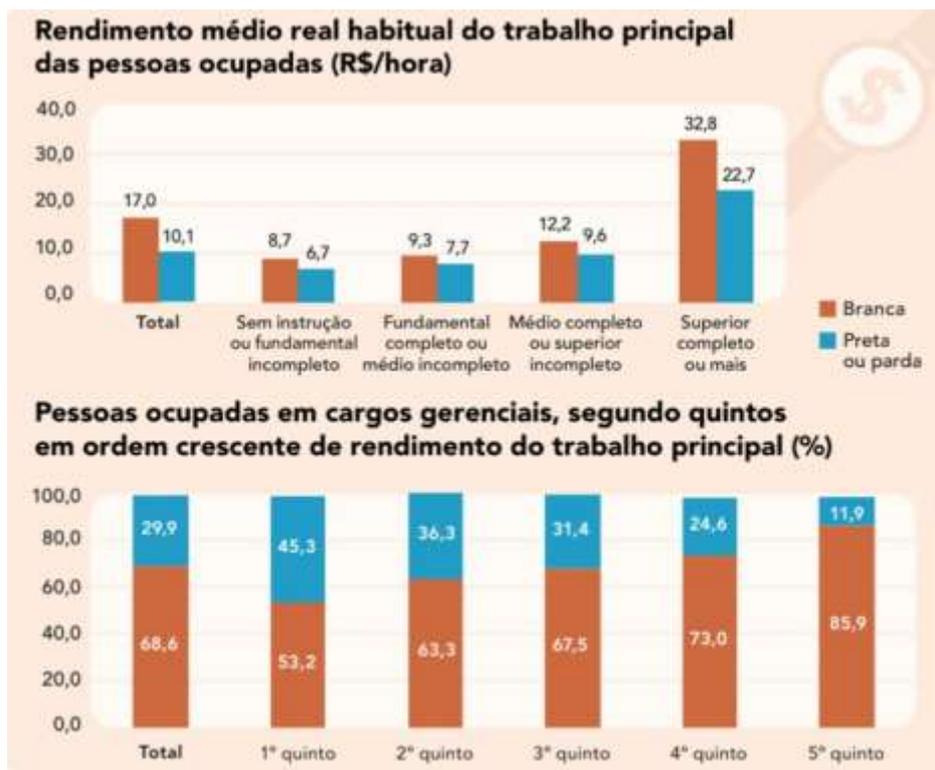


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

Acesso em: set. 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota:

Pessoas de 14 ou mais anos de idade. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

Acesso em: set. 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

Acesso em: set. 2021.

Essas evidências não podem jogar apenas no passado e na escravidão brasileira a responsabilidade por essas desigualdades sobre a renda, emprego e qualidade de vida de populações afrodescendentes. Não há dúvidas de que o passado escravista da sociedade brasileira é um ponto de partida para entendermos a tendência de uma maior desigualdade ao acesso de bens, serviços e renda entre negros e brancos. Todavia, num país que superou sua condição de colônia há cerca de 200 anos, que aboliu sua escravidão há mais de 130 anos, outros componentes devem ser compreendidos para explicar a permanência de tais desigualdades, como a permanência do racismo e um limitado compromisso dos diferentes governos e gerações no enfrentamento dessa condição.

1. Reúna-se com um colega para refletir sobre estas questões: a quem cabe as responsabilidades de combater as desigualdades em nosso país? O que nos revela sobre a nossa sociedade o fato de o Brasil seguir, ao longo de seus 200 anos como uma nação independente, sendo um país marcado por desigualdades? De que modo o Estado, com seus diferentes governos ao longo desse tempo, tem atuado em relação às desigualdades? Depois, cada um deverá escrever um texto com as suas próprias conclusões.

Urbanização, industrialização e mercado de trabalho no Brasil: as primeiras décadas do século XX

Durante a Primeira República, período entre 1891 e 1930, a sociedade brasileira vivenciou um projeto de modernização conduzido pelas elites regionais. Com a abolição da escravidão e a proclamação da república, as elites buscaram desvincular-se da ideia de “atraso”, processo intensificado especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando houve investimentos em projetos de urbanização e modernização de várias cidades brasileiras. Para isso, as elites adotaram como modelos as “modernas” e “civilizadas” cidades da Europa.

Os recursos usados nesse processo vinham das atividades econômicas agrário-exportadoras, sobretudo da expansão das exportações de borracha no norte e de café no sudeste do país, que conferiam rendas para as elites regionais. Desse modo, diversas cidades brasileiras buscaram mimetizar os padrões de consumo e de serviços de cidades europeias, principalmente de Paris. Esse processo se evidencia nas reformas urbanas, muito comuns no período, em várias cidades de todo o país, sendo uma das mais conhecidas a empreendida nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro, que era então a capital do Brasil.

No centro das capitais regionais, ou mesmo de cidade menores, é comum encontrarmos teatros municipais construídos nas duas primeiras décadas do século XX. As cidades também recebiam calçamentos, transportes urbanos, iluminação elétrica, sem falar de uma gama variada de produtos importados que chegavam para o consumo, sobretudo, das classes mais abastadas.



Domínio público/Fotógrafo não identificado/Wikimedia Commons

Na cidade de Recife, em Pernambuco, as reformas urbanas ocorreram entre 1922 e 1926. A fotografia representa a avenida Marquez de Olinda alguns anos depois.

Esse processo de modernização, que beneficiava particularmente as elites regionais ao lhes facilitar o acesso a bens e serviços disponibilizados no período, também foi acompanhado pelo crescimento do trabalho assalariado no campo e nas cidades. Isso ocorreu devido à expansão dos negócios, comércios e serviços, o que, por sua vez, estimulou simultaneamente a expansão do setor industrial. Quando alcançamos a década de 1920 no Brasil, vemos que algumas cidades brasileiras já dispunham também de uma estrutura comercial e industrial com alguma diversidade, ampliando o mercado de trabalho urbano. A cidade de São Paulo, por exemplo, o maior centro industrial da América Latina no final da década de 1920, tinha uma população de aproximadamente 900 mil pessoas e uma força de trabalho composta de 160 mil operários.

Entretanto, a modernização do Brasil, que urbanizava as cidades e criava novas oportunidades de emprego, impactou de maneira muito diferente a população brasileira em geral. O acesso ao trabalho era muito desigual, por exemplo. Os postos de trabalho urbano-industriais priorizavam acima de tudo os imigrantes europeus, dificultando a integração de escravizados e seus descendentes ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, para os trabalhadores industriais, as relações com as empresas e os empregadores foram marcadas por conflitos, especialmente em razão das condições de trabalho. Greves e manifestações foram comuns no período, pois eram os meios usados pelas trabalhadoras e trabalhadores para buscar melhores condições de trabalho, elevação salarial e direitos. A jornada de 8 horas, por exemplo, foi conquistada com a greve de 1907 e efetivamente implementada a partir da grande greve de 1909.

Atividades

2. Na sua opinião, qual a relação entre urbanização e desigualdade? Pense em exemplos para justificar a sua resposta.

3. No quadro a seguir, você pode analisar dados de alguns censos sobre o grau de urbanização no Brasil entre 1872 e 1960, em cidades com mais de cinquenta mil, cem mil e meio milhão de habitantes. Vale uma primeira observação: somente a partir dos anos 1940, justamente após uma intensificação da urbanização no país, houve maior preocupação em coletar dados distinguindo-se a população urbana da população rural de um mesmo município.

Segundo o censo de 1872, apenas quatro cidades tinham mais de cinquenta mil habitantes: Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo, nessa ordem. Destas, apenas as três primeiras tinham mais de cem mil e nenhuma chegava a quinhentos mil habitantes. Apenas a partir dos anos 1920 é que a urbanização e a industrialização resultaram em cidades com mais de quinhentos mil habitantes. Analise a tabela para responder às questões.

Grau de urbanização do Brasil (1872 – 1960)							
Censo	População total	Número e população de cidades com mais de 50.000 habitantes		Número e população de cidades com mais de 100.000 habitantes		Número e população de cidades com mais de 500.000 habitantes	
1872	9.930.478	4	582.749	3	520.752	–	–
1890	14.333.915	6	976.038	3	808.619	–	–
1900	17.438.434	8	1.644.149	4	1.370.182	–	–
1920	30.635.605	15	3.287.448	6	2.674.836	1	1.157.873
1940	41.236.315	22	5.216.070	10	4.413.337	2	2.777.492
1950	51.944.397	33	8.486.644	11	6.873.235	3	4.832.458
1960	70.967.185	73	16.260.851	31	13.039.463	6	9.068.200

Fonte: LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil* [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. O processo de urbanização. pp. 23-40. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/df6bv/pdf/lopes-9788599662823-03.pdf>. Acesso em: set 2021.

- a) Anote as características estatísticas da tabela: títulos, significados das colunas, fonte das informações e outras.
- b) É correto afirmar que no censo de 1960, dentre os 73 municípios com mais cinquenta mil habitantes, 31 tinham mais de cem mil habitantes? Justifique.
- c) Segundo o censo de 1872, qual é a porcentagem de brasileiros que moravam em cidades com mais de cinquenta mil habitantes? Compare essa taxa com a de 1920.

d) Analise as linhas do quadro referentes aos censos de 1940 e 1960. Faça os cálculos e constate que a população total nesse período cresceu 72,1% $\left(\frac{70.967.185}{41.236.315}\right)$, o que é impressionante. Agora, em relação ao aumento da população de cidades com mais de cinquenta mil habitantes, poderíamos considerar que esse aumento seria mera decorrência. Mas não vai muito além disso: calculando a taxa de crescimento da população dessas cidades de 1940 a 1960 você verificará que ela cresceu para 211,8%. Portanto, mais que o triplo. Faça esses cálculos para as cidades que têm mais de cem mil e para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes e verifique se essas taxas se mantêm ou se são ainda maiores.

e) Esses cálculos indicam a importância da matemática para a leitura de tabelas e gráficos. Os cálculos com os dados do quadro mostraram que a população dos grandes centros urbanos aumentou muito mais que a população total em um período de vinte anos. Com base nessas informações, nos conteúdos estudados até agora e nos seus conhecimentos, reflita e escreva um texto dissertativo comentando as seguintes questões: quais foram as razões desse aumento tão significativo? Quais foram as consequências da industrialização para o crescimento urbano? Essas consequências são hoje, no século XXI, as mesmas que as do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando se deu o início do desenvolvimento industrial brasileiro?

Transformações no mundo do trabalho entre as décadas de 1930 e 1950

Como vimos, a década de 1920 foi um período importante no processo de industrialização e urbanização do país. A partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, ocorreram mudanças significativas na vida econômica, social e política do país, relacionadas à implantação de uma política de crescimento econômico voltada para o mercado interno que buscava substituir importações e desenvolver a industrialização do país.

Nesse sentido, o governo adotou uma política de construção de um Estado moderno que buscava superar, como se justificava no contexto, a “irracionalidade” e o “personalismo” presentes na chamada República Velha. Assim, foram criados, por exemplo, órgãos técnicos, institutos, ministérios, agências e mais complexos programas econômicos.

A lista de instituições criadas pelo governo Vargas é longa e evidencia a nova característica do Estado, que passava a atuar na coordenação das atividades econômicas. Durante o governo Provisório (1930-1934) foram criadas instituições como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); o Conselho Nacional do Café, o Instituto do Cacau da Bahia (1931), o Ministério da Educação e Saúde Pública (1932), assim como outros órgãos voltados ao apoio de determinados setores da economia, tais como o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Instituto Nacional de Estatística, o Código de Minas, o Código de Águas, o Plano Geral de Viação Nacional e o Instituto de Biologia Animal (1934).

Nesse período, a maior participação do Estado na economia foi uma tendência e liga-se aos processos de recuperação econômica de diferentes países durante a Grande Depressão, iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York, nos Estados Unidos, e o período do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Dessa forma, a partir dos anos 1930, o Estado brasileiro começou a atuar na elaboração de planos econômicos, produzindo estudos e intervindo na infraestrutura necessária a fim de garantir o crescimento da economia, com projetos, por exemplo, para os setores de transporte e energia elétrica. Por outro lado, também criou empresas públicas em setores estratégicos para a economia brasileira, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ainda durante o período de guerra, e a Petrobrás, nos anos 1950.

Paralelamente à maior intervenção do Estado nas atividades econômicas, as primeiras medidas de política social voltadas para as classes trabalhadoras urbanas passaram a ser implantadas. Era uma conquista de décadas de lutas dos próprios trabalhadores mobilizados e, ao mesmo tempo, tratava-se uma iniciativa do governo, que considerava necessário regular as relações de trabalho como parte do desenvolvimento econômico.

Assim, o Estado brasileiro, na gestão Vargas, criou uma legislação trabalhista voltada exclusivamente para os trabalhadores urbanos, ampliou os serviços previdenciários, o acesso aos serviços públicos de saúde e educação, ainda que muito restritos se pensados na totalidade da população, e legalizou e regulou a formação de sindicatos e partidos políticos – o que se mostrava uma possibilidade de maior inserção e participação política das camadas sociais mais desfavorecidas em busca de melhores condições de vida.

Como resultado, entre 1930 e 1950, os trabalhadores urbanos, tanto os operários das indústrias quanto os dos setores de serviços e comércio, passaram a se beneficiar das importantes conquistas trabalhistas e das mobilizações sociais por melhores salários. No campo, entretanto, as condições gerais não se alteraram. A legislação trabalhista não foi estendida aos trabalhadores rurais, que ainda eram a maior parte da população brasileira no período, permanecendo o poder político e econômico concentrado entre os donos das grandes propriedades rurais brasileiras. Assim, às desigualdades já características da sociedade brasileira se acrescentava mais uma: a evidente diferença econômica entre trabalhadores urbanos e rurais.

Destaque

Salário mínimo

Apesar de ter sido uma reivindicação presente nas grandes greves de 1917, o salário mínimo só foi instituído no Brasil em 1936 como piso salarial dos trabalhadores formais. Ficou estabelecido que o reajuste anual seria feito no mês de maio, antecedido por negociações entre trabalhadores e empresários.

Entre 1945 e 1964, período de governos democráticos em que houve intensa mobilização dos trabalhadores por meio de sindicatos, nota-se uma tendência de ampliação real do salário mínimo. Porém, essa tendência, como vimos na Sequência didática 1, foi revertida durante o governo militar, tendo interferido nesse processo a imposição de rígida censura aos sindicatos.

Com a promulgação da Constituição de 1988, além de servir como piso dos trabalhadores formais do mercado de trabalho (Art. 7), o salário mínimo foi estendido também às políticas sociais (Art. 201) e de assistência do governo (Art. 203), o que significou, por exemplo, servir de base para a renda de previdenciários (aposentados e pensionistas) e beneficiários de programas sociais. Com isso, o salário mínimo se tornou um objeto de interesse de setores bem mais amplos da sociedade brasileira, ganhando maior importância política.

Hiperlink

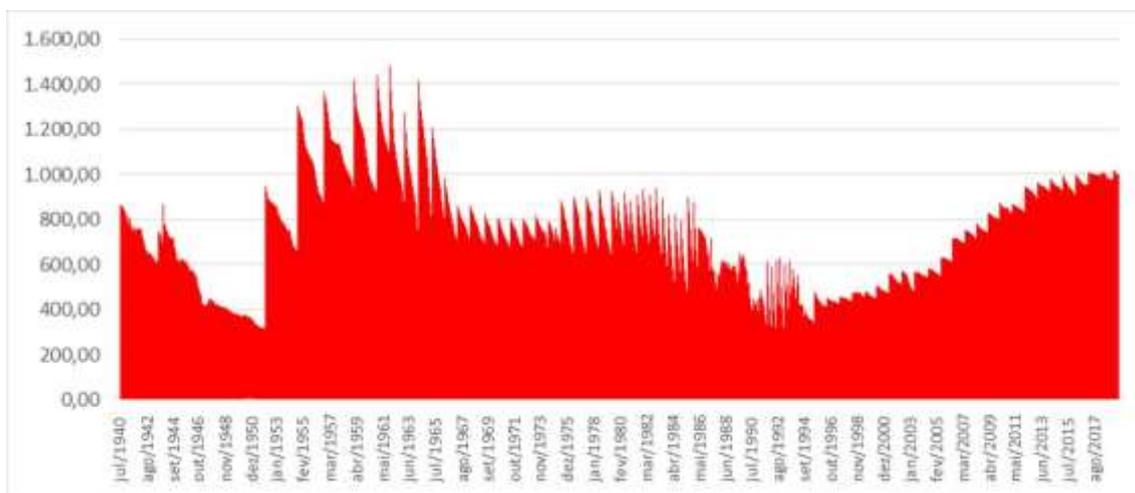
O link a seguir traz uma entrevista do Jornal Nexo com o pesquisador Pedro Ferreira de Souza, que em seu estudo mostra como a concentração de renda no Brasil se manteve praticamente inalterada entre 1922 e 2013.

www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/07/21/A-hist%C3%B3ria-da-desigualdade-no-Brasil-segundo-este-autor (acesso em: set. 2021).

Atividades

4. O gráfico a seguir apresenta a variação real do salário mínimo no Brasil entre junho de 1940 e maio de 2019. Analise-o para responder, em dupla, às questões.

Evolução do salário mínimo (1940-2018)



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados no Ipeadata. Série em reais (R\$) constantes do mês de maio de 2019, elaborada pelo IPEA.

a) A implantação do salário mínimo se dá como garantia do valor básico da mão de obra do mercado de trabalho formal. Entretanto, segundo os dados do IBGE, a informalidade no mercado de trabalho brasileiro em fins de 2020 ultrapassava os 40% da força de trabalho. Podemos considerar que o acesso ao salário mínimo é universal no Brasil, ou seja, todos os trabalhadores recebem ao menos um salário mínimo? Expliquem suas respostas.

b) Considerem os seguintes períodos da história brasileira: a Ditadura do Estado Novo (1937-1945); a Terceira República Democrática (1946-1964); a Ditadura Militar (1964-1985) e a Nova República Democrática (1985 em diante). Qual a tendência do valor do salário mínimo em cada um desses períodos? Que relação vocês identificam entre republicanismo/democracia ou ditadura/autoritarismo e as tendências de elevação e redução do salário mínimo?

c) Sob a orientação e coordenação do professor, discutam as conclusões de cada dupla numa roda de conversa.

5. Em grupos, pensem e respondam às questões. Em seguida, debatam com os colegas as conclusões de cada grupo.

a) De que modo os trabalhadores conseguiram se apropriar de parte dos benefícios do crescimento econômico do país a partir de 1930? Ocorreu o mesmo no campo e nas cidades?

b) A partir de 1988, quem passou a se preocupar com o salário mínimo além dos trabalhadores formais? Os trabalhadores informais recebem garantias semelhantes?

c) Por que períodos com maior participação popular apresentaram aumentos no salário mínimo ao passo que períodos de ditadura registraram diminuições do salário mínimo?

d) Por que períodos com maior participação popular apresentaram redução na porcentagem da renda recebida pelos super ricos ao passo que períodos de ditadura registraram aumentos?

6. Como vimos, as desigualdades têm relação direta com a concentração de renda, propriedades e riquezas. Vamos calcular o nível de concentração da “riqueza” da sala de aula considerando como “renda” de cada um o número de materiais dentro dos seus estojos. Determine sua renda considerando o seguinte: lápis valem R\$ 100,00, canetas R\$ 300,00, apontadores R\$ 500,00, réguas R\$ 800,00 e borrachas R\$ 1.000,00. Anotem os valores de suas “rendas”, somem a renda de todos e calculem o percentual que cada um tem da renda total. Quem são os mais “ricos”? Qual a porcentagem da “renda” da turma que esses “mais ricos” concentram?

Sequência didática 4

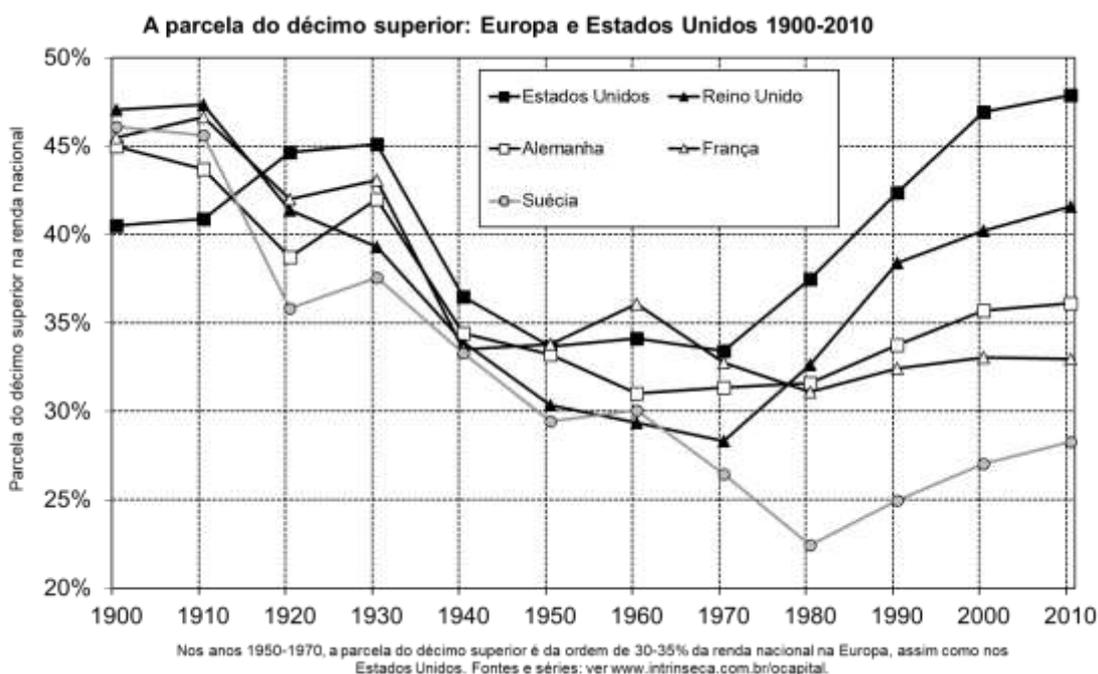
O papel do Estado no combate às desigualdades

O Brasil, como temos analisado ao longo deste módulo, é um país extremamente desigual e injusto, marcado, ao longo de sua história, por forte concentração de renda, de terras e de propriedades entre uma parcela muito pequena da sociedade. Dito de outro modo, o país é caracterizado por uma expressiva concentração da riqueza coletiva.

Por mais que essa característica possa ser compreendida como resultado da colonização, processo no qual a escravidão foi essencial, as sucessivas gerações que assumiram o poder tiveram a oportunidade e as condições de enfrentar o problema das desigualdades, reafirmando ou reduzindo-as. Por exemplo, ao não promover a abolição da escravidão a partir de sua independência, o Estado brasileiro, constituído em 1822, optou por prolongar por mais algumas décadas um componente estruturante das desigualdades no país. Por outro lado, especialmente ao longo do século XX, foi possível identificar como a promoção de determinadas políticas por parte do Estado permitiu mitigar a desigualdade no país.

A presença das desigualdades econômica e social não é algo específico da sociedade brasileira, trata-se de uma característica das sociedades modernas de economia capitalista. Ao longo do século XX, vários países buscaram estratégias para reduzir as desigualdades existentes entre suas populações. Nos Estados Unidos e no continente europeu, por exemplo, entre as décadas de 1930 e 1980, houve uma maior ação do Estado na criação e implementação de políticas públicas voltadas à proteção da sociedade, o que resultou numa queda da desigualdade econômica.

Observe o gráfico a seguir, por meio do qual é possível acompanhar a participação dos 10% mais ricos na renda nacional de alguns países europeus e dos Estados Unidos. Produzido pelo economista francês Thomas Piketty, o gráfico nos indica que se os 10% mais ricos concentravam entre 40% e 50% da renda nacional na primeira década do século XX, essas taxas recuaram para 30% e 35% entre os anos 1950 e 1960.



Reprodução

Fonte: Gráfico 9.7 do Anexo Técnico de PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*.

Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. Disponível em:

<https://intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html>. Acesso em: set. 2021.

De acordo com os dados do economista, essa redução na concentração da renda nacional entre os 10% mais ricos, ocorrida durante as primeiras décadas do século XX, teve a tendência de ser distribuída para outros estratos da sociedade. Isso ocorreu devido a uma série de mudanças na relação entre Estado, sociedade e economia nos países selecionados por Piketty.

O período do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma maior preocupação dos Estados nacionais europeus em atenderem as demandas sociais, resultando em importantes conquistas de leis trabalhistas, de seguridade social (como direitos previdenciários, seguro-desemprego, seguro saúde), entre outras. Refere-se à criação de Estados de bem-estar social, os quais desenvolveram políticas públicas a fim de promover sociedades economicamente mais igualitárias por meio de práticas como: atuar nas necessidades de diversos setores da sociedade; promover uma ampla gama de serviços públicos; e atuar como regulador nas relações entre empresas e trabalhadores (por exemplo, com políticas de salário mínimo), entre outras.

Destaque

Os três modelos de Estado de bem-estar social

Vamos conferir uma interpretação sobre o que é o Estado de bem-estar social (em inglês, *welfare state*). Para o autor, Gosta Esping-Anderson, não existe um modelo único de Estado, mas formas de relação entre Estado e sociedade que resultam em três modelos de Estado de bem-estar social.

À medida em que examinamos as variações internacionais dos direitos sociais e de estratificação do *welfare state*, encontramos combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família. As variações que descobrimos não estão, portanto, linearmente distribuídas, mas agrupam-se segundo os tipos de regime.

Em um dos grupos temos o *welfare state* "liberal", em que predominam a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. [...] O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo - quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência.

A consequência é que esse tipo de regime minimiza os efeitos da desmercadorização, contém efetivamente o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais. Os exemplos arquetípicos deste modelo são os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

Um segundo tipo de regime agrupa nações como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália. Aqui o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe "pós-industrial". Nestes *welfare states* conservadores e fortemente "corporativistas", a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controvertida. O que predominava era a preservação das diferenças de *status*; os direitos, portanto, estavam ligados à classe e ao *status*. Este corporativismo estava por baixo de um edifício estatal inteiramente pronto a substituir o mercado enquanto provedor de benefícios sociais; por isso a

previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham realmente um papel secundário. De outra parte, a ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto em termos de redistribuição é desprezível [...].

O terceiro e evidentemente o menor grupo de países com o mesmo regime compõe-se de nações onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se também às novas classes médias. Podemos chamá-lo de regime "social-democrata" pois, nestas nações, a social-democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social. Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. [...] Desse modo, os trabalhadores braçais chegam a desfrutar de direitos idênticos aos dos empregados *white-collar* assalariados ou dos funcionários públicos; todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros, mas mesmo assim os benefícios são graduados de acordo com os ganhos habituais. Este modelo exclui o mercado e, em consequência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do *welfare state*. Todos se beneficiam; todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar. [...] Por conseguinte, assume uma pesada carga de serviço social, não só para atender as necessidades familiares, mas também para permitir às mulheres escolherem o trabalho em vez das prendas domésticas [...].

Os *welfare states* formam um grupo, mas precisamos reconhecer que não existe um único caso puro. Os países escandinavos podem ser predominantemente social-democratas, mas não estão isentos de elementos liberais cruciais. Os regimes liberais também não são tipos puros. O sistema de previdência social norte-americano é redistributivo, compulsório e longe de ser atuarial. Ao menos em sua primeira formulação, o *New Deal* era tão social-democrata quanto a social-democracia contemporânea da Escandinávia.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 1991, n. 24, pp. 85-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>. Acesso em: set. 2021.

Como vimos, os Estados têm poder de atuar de diferentes maneiras em relação às desigualdades, à concentração e à distribuição da riqueza. A seguir, estudaremos dois possíveis caminhos que os Estados usualmente se valem para interferir nas desigualdades de um determinado país: a política tributária e as políticas sociais. Analisaremos ambas no contexto brasileiro.

Trabalhando com a política tributária e a desigualdade

O Estado brasileiro, assim como outros Estados nacionais, possui instrumentos para atuar tanto na redução quanto no aumento das disparidades de renda e riqueza entre a sociedade. Para isso, tornam-se de extrema importância a política tributária, isto é, o modo como são cobrados os impostos dos diferentes grupos sociais; a legislação trabalhista, que regula as relações entre empresas e trabalhadores; e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas dos grupos mais vulneráveis. Nesse último campo, por exemplo, inserem-se os programas sociais, de que falaremos mais adiante.

Em geral, os impostos são usados como meio do Estado obter recursos para oferecer serviços públicos, como justiça, educação, saúde, transporte e segurança interna e externa, e para desenvolver e planejar políticas públicas. Ao cobrar taxas maiores de pessoas com muita renda, o Estado pode obter recursos para, por exemplo, desenvolver uma política pública que permita implementar obras e serviços em lugares onde há carência. Por outro lado, o Estado pode incentivar a adoção de políticas que estimulem o crescimento econômico sem a devida distribuição da riqueza – o que pode ser feito, por exemplo, com uma política de controle de salários mínimos –, como ocorreu durante o governo militar.

Políticas tributárias que determinam impostos mais altos para os ricos e super ricos, de modo proporcional às suas rendas, caracterizam os chamados **impostos progressivos**. Quando há cobrança de impostos que incidem proporcionalmente sobre os mais pobres, temos os chamados **impostos regressivos**. Analisemos então um exemplo prático a fim de compreender melhor essa dinâmica. Observe a tabela:

Reais (R\$)	Renda			Consumo		
	Salário bruto	Alíquota Imposto de Renda	Imposto de Renda	Consumo	Imposto do consumo (25%)	Imposto sobre gastos na renda
André	1.000,00	0%	0,00	1.000,00	250,00	25%
Beatriz	3.000,00	15%	450,00	2.400,00	600,00	20%
Carlos	5.000,00	27,5%	1.375,00	3.000,00	750,00	15%

Produção BBM

No Brasil, o imposto de renda é reconhecidamente “progressivo”, na medida em que a taxa de cálculo do valor a ser pago cresce de acordo com as faixas de renda: com um salário de R\$ 1.000,00, André não paga imposto de renda, enquanto Carlos paga 27,5% do que recebe. Esse imposto, ao exigir uma parcela maior da renda da pessoa de acordo com o quanto ela recebe, tem, em tese, um efeito redutor da desigualdade. A questão que se coloca para o Estado é a definição das faixas de renda e da taxa que incide sobre cada faixa. Se considerarmos, por exemplo, as rendas de Beatriz e Carlos, será que é justa a diferença entre a taxa de 15% e 27,5%?

Voltemos à tabela, agora para observar a coluna referente ao imposto sobre o consumo, isto é, a tributação de mercadorias e serviços que adquirimos. André tem 25% de sua renda comprometida com tal imposto, que está embutido em tudo que consumimos, o que, considerando outras necessidades básicas de sobrevivência, impede-o de poupar dinheiro, entre outras atividades. Beatriz, por outro lado, gasta uma proporção um pouco menor de sua renda com imposto sobre consumo (20%), e, como também tem renda maior que André, ela tem mais condições de economizar algum dinheiro.

Uma vez que os salários maiores de Beatriz e Carlos permitem que eles empreguem sua renda em outros fins, como a poupança, é possível afirmar que a proporção da renda total gasta com consumo diminui com o aumento do salário, o que implica em uma diminuição dos impostos pagos por consumo em relação à renda. Em outras palavras, já que a pessoa gasta uma parcela menor de sua renda nos impostos sobre o consumo à medida que enriquece, esse tipo de imposto é considerado “regressivo” e tem um efeito concentrador da renda, aumentando a desigualdade. Comparando mais uma vez André e Beatriz, podemos observar que ela paga 35% de sua renda em impostos, enquanto ele paga 25%, de modo que o efeito progressivo do imposto de renda supera o efeito regressivo do imposto de consumo.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que reúne 35 países, entre aqueles cujas economias são consideradas as mais avançadas e outros também em desenvolvimento –, em 2018, o Brasil arrecadou 491 bilhões de reais com o imposto de renda e 1.010 bilhões (ou 1,010 trilhão) de reais com o imposto sobre o consumo. Portanto, o montante de recursos arrecadados pelo Estado através dos impostos sobre a renda (progressivos até certo ponto) não chega à metade dos recursos arrecadados com o imposto sobre o consumo (que é regressivo). Isso faz com que o sistema tributário brasileiro seja, em seu conjunto, regressivo. Os efeitos dessa política tributária afetam negativamente aqueles que mais precisam do dinheiro para se manter, os mais pobres, que pagam mais impostos que aqueles com maior renda disponível, os ricos.

Ademais, ainda que financiado principalmente pelos mais pobres, o Estado tende a oferecer serviços públicos como segurança, espaços de lazer e saneamento básico de melhor qualidade nas regiões mais ricas, beneficiando aqueles que já possuem melhores condições de vida e que pagam proporcionalmente menos impostos.



Hallel/Wikimedia Commons

Unidade Básica de Saúde Fluvial de Itupiranga, no Tocantins, que faz o atendimento às comunidades ribeirinhas no rio Tocantins. Fotografia de 2021. O acesso a serviços públicos de saúde é fundamental para a diminuição da desigualdade social na medida em que contribui para a qualidade de vida dos indivíduos e para o bem-estar da sociedade.

As noções de progressividade e regressividade também podem ser usadas para caracterizar o modo como o Estado aplica e gasta os recursos disponíveis. Assim, eles podem ser “progressivos”, caso os recursos aplicados em serviços públicos e políticas públicas beneficiem as pessoas progressivamente mais pobres, ou “regressivos”, se beneficiarem pessoas de parcelas cada vez mais ricas da sociedade.

Em suma, não apenas o recolhimento de impostos pode favorecer a concentração ou a distribuição da riqueza coletiva; o modo como os recursos são usados pelo governo também pode ter efeitos progressivos ou regressivos dependendo dos principais beneficiados.

Vamos analisar os efeitos de políticas públicas regressivas ou progressivas no campo da saúde, um direito previsto na Constituição brasileira a todas as suas cidadãs e os seus cidadãos.

O Estado gasta seus recursos em saúde tanto através das despesas necessárias para o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto ao possibilitar que pessoas que pagam planos de saúde possam recuperar parte do valor pago por esse serviço privado por meio das restituições do Imposto de Renda.

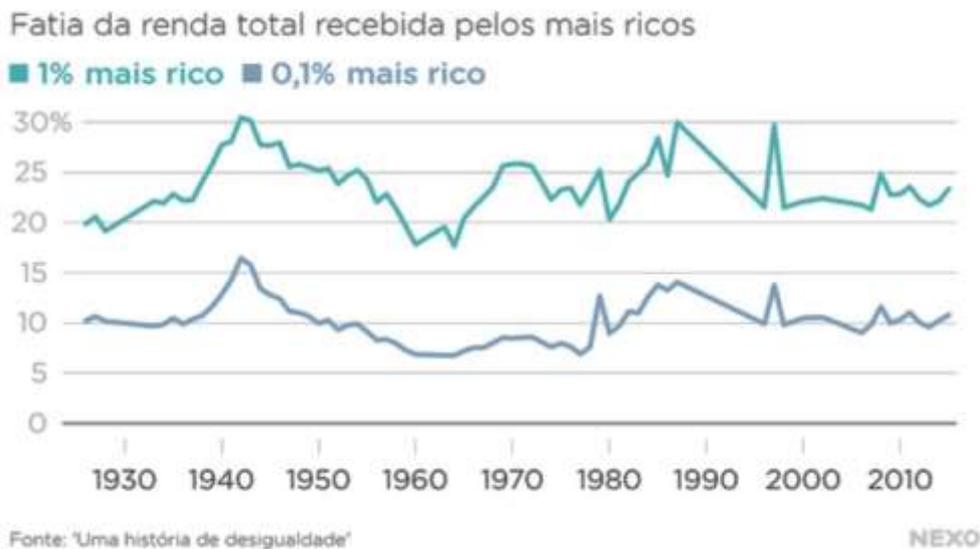
Enquanto o SUS é um direito universal de todos os brasileiros e a única opção de saúde de populações de baixa renda, os gastos do governo para mantê-lo, se bem administrados, podem ser considerados progressivos. Já as restituições funcionam como uma transferência de dinheiro para quem paga imposto de renda, ou seja, pessoas com um nível de renda mais alto, portanto, possuem efeito regressivo.

Vale destacar que o SUS foi uma conquista da sociedade brasileira concretizada apenas em 1988 com a chamada “Constituição Cidadã”, que instituiu serviços em saúde e educação como direitos universais. O estabelecimento desse compromisso firmado na Constituição significa que o conjunto da sociedade pactuou que todos os cidadãos devem financiar serviços públicos como o SUS – experiência que não é compartilhada por todos os países do mundo.

Podemos concluir, então, que tanto a forma como o governo cobra os impostos para arrecadar dinheiro e recursos quanto o modo como gasta ou aplica os recursos de que dispõe impactam nas condições de vida dos diferentes grupos sociais. Para combater as desigualdades é preciso criar políticas tributárias que equilibrem cobranças de impostos progressivos, sobretudo no que diz respeito aos ricos e super ricos.

Atividades

1. Apesar de existirem algumas políticas públicas de redução das desigualdades no Brasil, a concentração da renda e da riqueza nas mãos dos grupos muito enriquecidos não foi afetada de forma significativa no país ao longo do século XX. Nesse período, verificou-se uma concentração de cerca de 1/5 a 1/4 da renda nacional nas mãos de apenas 1% da população. Analisemos o gráfico.



Reprodução

Fonte: SOUZA, Pedro Ferreira de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 228.

- Suponha que a renda total da economia seja de R\$ 1.000,00 em todo o período, qual seria a renda do 1% mais rico em 1930? E em 2010?
- Qual a renda disponível para os 99% restantes nos dois períodos?
- Supondo que a população seja de 1.000 pessoas, qual a renda do 0,1% mais rico em 2010?
- Qual a renda média de cada um dos que pertencem ao 1% mais rico? E qual a renda média de cada um dos 99% restantes?

2. Considere os seguintes períodos da história brasileira: Ditadura do Estado Novo (1937-1945); Terceira República Democrática (1946-1964); Ditadura Militar (1964-1985); Nova República Democrática (1985 em diante). Qual a tendência da renda recebida pelos super ricos em cada um desses períodos? Há alguma relação entre democracia e autoritarismo e as tendências de concentração da renda? Explique.

3. Leia cada uma das frases a seguir para responder às questões.

▶ Além do salário, resultante de seu trabalho, uma pessoa pode possuir outras fontes de renda. Como exemplo, podemos citar os “dividendos”, lucros que os donos extraem de suas empresas e que correspondem a um rendimento tradicionalmente recebido por pessoas de renda mais alta. No Brasil, os dividendos não são taxados, de modo que os empresários não pagam imposto sobre essa fonte de renda.

▶ O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um imposto municipal cobrado dos proprietários de imóveis. Em geral, o valor do IPTU é determinado pelo valor estipulado da propriedade pelas prefeituras de acordo com vários critérios, como, por exemplo, a região da cidade onde está situado.

▶ Outro tributo que incide sobre a propriedade, desta vez de bens, é o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), arrecadado pelos governos estaduais.

▶ Alguns países possuem impostos específicos sobre grandes fortunas. No Brasil, apesar de previsto pela Constituição, existem apenas projetos de implementação de tal imposto, sendo o mais recente estruturado de modo a incidir apenas sobre pessoas com mais de R\$ 50 milhões. Porém, até a publicação deste material, esse projeto ainda não havia sido discutido pelo Legislativo Federal.

▶ Na maioria dos estados do Brasil, a alíquota de imposto pago sobre bens herdados é fixa, independentemente do valor do patrimônio da herança.

a) Escreva com suas palavras um parágrafo para diferenciar o que são impostos progressivos e impostos regressivos.

b) Com base nos conceitos de imposto “progressivo” e “regressivo”, releia as afirmações e registre suas considerações sobre cada uma delas.

c) Reúna-se com alguns colegas e discutam sobre suas análises e conclusões.

d) Ainda em grupo, escolham uma das afirmações para elaborar uma conclusão conjunta e apresentem-na para os demais colegas de sala.

4. Em duplas, pensem e discutam sobre estas questões: joias, carros caros, roupas de marca e perfumes importados são produtos adquiridos majoritariamente por qual faixa de renda? Segundo o princípio da progressividade, esses produtos deveriam ser mais ou menos tributados do que, por exemplo, alimentos básicos? Qual o efeito de um aumento dos impostos desses produtos para as populações mais pobres? Como o dinheiro arrecadado poderia ser utilizado para ter efeitos progressivos?

5. Escreva um texto discutindo sobre o papel do Estado no combate às desigualdades e na promoção de uma distribuição da riqueza coletiva de modo mais justo e igualitário.

As políticas sociais e seus impactos na distribuição da renda

Como vimos, a atuação do Estado é determinante na distribuição da riqueza do país, uma vez que toda arrecadação e todo gasto ou investimento têm efeitos progressivos ou regressivos. Com essa responsabilidade e poder, o Estado deve buscar atuar em prol da diminuição das desigualdades e, especialmente, do fim da miséria e da extrema pobreza.

Em um país profundamente desigual como o Brasil, as políticas sociais são instrumentos fundamentais para a promoção de uma sociedade mais igualitária economicamente e para conferir igualdade de oportunidades entre grupos sociais desiguais. As desigualdades nunca se manifestam de modo isolado, possuem diversas dimensões e se acumulam e combinam, de modo que uma política social bem elaborada, planejada e executada atua em vários tipos de desigualdades ao mesmo tempo.

Grande parte das políticas sociais tem origem nas demandas da própria sociedade, da interação entre o Estado e os grupos que reivindicam direitos e melhores condições de vida. Justamente, cabe aos representantes da população, sejam eles do legislativo (vereadores, deputados e senadores), sejam do executivo (prefeitos, governadores, presidente), a responsabilidade e o dever de criação e execução de leis e políticas que atendam as demandas e os anseios de seus representados. Vejamos alguns exemplos de políticas sociais, sua importância e os possíveis efeitos.

A educação de qualidade é um dos meios mais importantes e eficientes de combate às desigualdades e, no Brasil, o direito à educação é assegurado desde a primeira infância. As creches são os espaços educacionais voltados especificamente à educação e ao cuidado de bebês e crianças de até 5 anos de idade, cuja responsabilidade é dos governos municipais.

Além de atender e garantir o direito dessas crianças à educação, quando o governo de uma prefeitura adota uma política que prioriza a oferta de creches públicas, visando atender a demanda real, atua ao mesmo tempo na garantia do direito ao trabalho e à renda a mães, pais ou outros responsáveis pelas crianças.

Garantida a vaga nas creches municipais, os adultos podem continuar a trabalhar e, com isso, manter o acesso à renda, fundamental para a garantia de sua sobrevivência. Por outro lado, se a demanda real por vagas não é atendida, é comum encontrar casos em que o principal responsável pelo bebê ou pela criança, o que na maior parte dos casos é a mãe, seja obrigado a abandonar o trabalho por não ter outra alternativa.

A perda da renda pode comprometer muitos outros aspectos da qualidade de vida dessas famílias. Portanto, sem um Estado que garanta condições adequadas de educação de crianças na primeira infância, para que as famílias brasileiras, nas suas mais diversas configurações e formações, não tenham de abandonar empregos e perder parte importante da renda, não podemos dizer que trabalhadoras e trabalhadores tenham oportunidades iguais no mercado de trabalho.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711 que determinava a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes oriundos do Ensino Médio público. O governo reconheceu que, até então, os recursos destinados para financiar o Ensino Superior não atendiam de maneira igualitária os diferentes estratos da sociedade. Com a reserva de vagas, o Estado não apenas ampliou a oportunidade de acesso às universidades para estudantes pobres, como aplicou mais equitativamente os recursos do Estado, distribuindo-o entre estratos sociais de rendas desiguais.

A previdência social, por sua vez, é uma instituição pública criada para promover a segurança social de trabalhadores por meio da garantia de uma renda. São cobertos pela previdência, por exemplo, trabalhadores aposentados por idade ou tempo de serviço, pessoas que adoecem ou se acidentem no trabalho e ficam impedidas de trabalhar por um certo período ou permanentemente, trabalhadoras autônomas mães de bebês recém-nascidos, entre outros.

O sistema previdenciário brasileiro funciona por meio da “repartição”. Isso significa que os trabalhadores ativos contribuem mensalmente e essas arrecadações servem para custear os trabalhadores inativos (como aposentados e outros beneficiários).

Além do caráter redistributivo **intergeracional** da previdência, podemos dizer que se trata de um sistema regressivo. Duas questões nos permitem entender melhor esse aspecto regressivo da previdência brasileira. A primeira diz respeito ao fato de que trabalhadores com rendas muito diferentes pagam porcentagens parecidas de seus salários para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); desse modo, os mais ricos pagam proporcionalmente menos que os mais pobres. A segunda é que os mais ricos, apesar de pagarem valores parecidos, se aposentam com benefícios maiores.

Desse modo, podemos concluir como a previdência influencia o grau e a forma da concentração de renda no país ao redistribuir recursos de determinados grupos para outros e como se torna um elemento de extrema importância para o Estado e para a sociedade no que diz respeito às desigualdades.

Nosso último exemplo não é exatamente de uma política social, mas servirá para pensarmos como políticas de incentivo a determinadas atividades econômicas também podem ser instrumentos de redução de desigualdades. Por meio do Decreto 1.946 de 1996 foi instituído o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Intergeracional: algo que ocorre entre diferentes gerações. No caso, a previdência tem um efeito “intergeracional” porque transfere ou redistribui recursos de uma geração para outra.

Historicamente, a sociedade brasileira é marcada pela concentração de terras, fazendo com que, ainda hoje, predomine no campo a presença de grandes propriedades latifundiárias monocultoras voltadas para a exportação, como é o caso da soja e do milho, em sua maioria transgênicos e dependentes de agrotóxicos. Esse modo de produzir exerce pressão sobre as pequenas e médias propriedades rurais, nas quais predomina a agricultura familiar. Assim, o Pronaf se colocou como uma medida decisiva para permitir a sobrevivência da pequena propriedade rural, caracterizada por uma agricultura diversificada e mais integrada à natureza. Logo, num país que mantém uma vigorosa produção agrário-exportadora, garantir uma política voltada para a agricultura familiar é permitir que pequenas unidades agrícolas, com produções diversificadas, em grande parte cultivando de modo sustentável e dirigidas ao mercado interno, continuem com relevante papel na economia e no meio ambiente.

Destaque

Aposentadoria como política social no Brasil

O Brasil demorou a desenvolver um sistema previdenciário nacional. Houve iniciativas do Estado desde o fim do século XIX, mas foram restritas a alguns setores: em 1888, por exemplo, foi regulada a aposentadoria de funcionários dos Correios; em 1889, criou-se um fundo de pensões para funcionários da Imprensa Nacional; e, em 1890, os ferroviários tiveram a aposentadoria estabelecida.

Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas as caixas de pensões, cujo marco foi o ano de 1923 com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para empregados do setor ferroviário.

As caixas de aposentadoria e pensão (CAPs) eram geridas e administradas por um conselho composto de representantes das empresas e dos empregados, cabendo ao Estado apenas criar e regular seu funcionamento. Ao longo de toda a década de 1920 o sistema das CAPs foi ampliado: por exemplo, em 1926, os trabalhadores portuários e marítimos passaram a ter esse direito, que, em 1928, também se estendeu aos trabalhadores de serviços telegráficos e radiotelegráficos.

Logo nos primeiros anos da década de 1930 essa tendência foi mantida. Assim, em 1930, foram incluídos os empregados nos serviços de força, luz e bondes; em 1931, os servidores públicos;

em 1932, os empregados da mineração; e em 1933, os trabalhadores do mar. Esse processo de ampliação dos direitos previdenciários alcançou seu ápice com a Constituição de 1934, quando os princípios fundamentais da previdência brasileira seriam constituídos. Com o novo modelo se determinava o custeio tripartite, em que o Estado, o empregador e o empregado deveriam contribuir para o fundo de aposentadoria. Nas cinco décadas seguintes novas regras foram estabelecidas, mas sem alterar o modelo. Os temas em disputa sobre a previdência estavam mais associados à estrutura organizacional do sistema, com a criação, em 1966, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), hoje chamado de INSS; assim como aos grupos beneficiados pela previdência, com a criação, em 1963, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, que finalmente reconhecia o direito aos trabalhadores do campo.

Um novo modelo de previdência no Brasil?

Até a Constituição de 1988 a proteção social no Brasil esteve baseada na ideia de seguro social, isto é, na ideia de contribuição por meio do trabalho e do emprego formalizado. A Constituição de 1988 foi um marco na construção da proteção social no Brasil, integrando a Assistência Social à Seguridade Social, à Previdência Social e à Saúde, o que elevou o status da Assistência a de política social e instituiu um sistema de seguridade social no país. A atenção constitucional a essa política possibilitou uma profunda transformação na sua concepção, nas suas condições de oferta, na sua organização institucional e na sua cobertura. Passo que se mostrou primordial no longo processo de inscrição dos direitos sociais nos marcos institucional e legal do Estado brasileiro com reais consequências no papel governamental na garantia desses direitos por meio de políticas públicas.

O conceito de Seguridade Social foi, inicialmente, desenvolvido na Convenção 102, de 1952, da Organização Internacional do Trabalho como “a proteção social que a sociedade proporciona aos seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam o desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, emprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos”.

Foi baseado nesse conceito que foi escrito o capítulo dedicado à Seguridade na Constituição de 1988, que, no Art. 194, determinou

que competiria ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: a “universalidade da cobertura e do atendimento”, a “uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais”, a “seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços”, a “irredutibilidade do valor dos benefícios”, a “equidade na forma de participação no custeio”, a “diversidade da base de financiamento” e a garantia de um “caráter democrático e descentralizado da administração”.

Essa redação significou um novo paradigma para a proteção social porque permitiram a criação de um mecanismo legal redistributivo com objetivo de gerar igualdade e que criar um caminho na direção da promoção da solidariedade nacional. Algumas dessas mudanças se destacaram: primeiro, a introdução da garantia do direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, isso fortaleceu a ideia de assistência social como política pública e permitiu o desenvolvimento de uma série de iniciativas governamentais nesse sentido. A partir daí houve o fortalecimento da construção institucional dessa política. Segundo, o direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza. O reconhecimento explícito desse direito foi um dos pontos altos na criação de um mecanismo legal redistributivo. Foi com base nesse preceito constitucional que se criou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que se tornou um dos principais programas de transferência de renda no país. Outro destaque foi o reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar. Um quarto aspecto importante foi a vinculação de benefícios ao salário mínimo que, juntamente com o princípio da irredutibilidade acima citado elimina a possibilidade de benefícios de valores simbólicos como antes se encontrava.

Os primeiros três aspectos inseriram, claramente, a solidariedade nacional como característica definidora da proteção social. Já os artigos 201 e 203 relativos, respectivamente, à previdência social e à assistência social, estabeleceram que nenhum benefício poderia ser inferior ao salário mínimo. Disso decorreram pisos iguais a homens e mulheres, a pessoas oriundas de áreas rurais e de áreas urbanas, e, por fim, a contribuintes e a não contribuintes. Esse aspecto ganhou ainda mais importância no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-) com a política de valorização do salário mínimo. [...].

Proteção social. CPDOC/FGV. Disponível em:

www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/protecao-social.

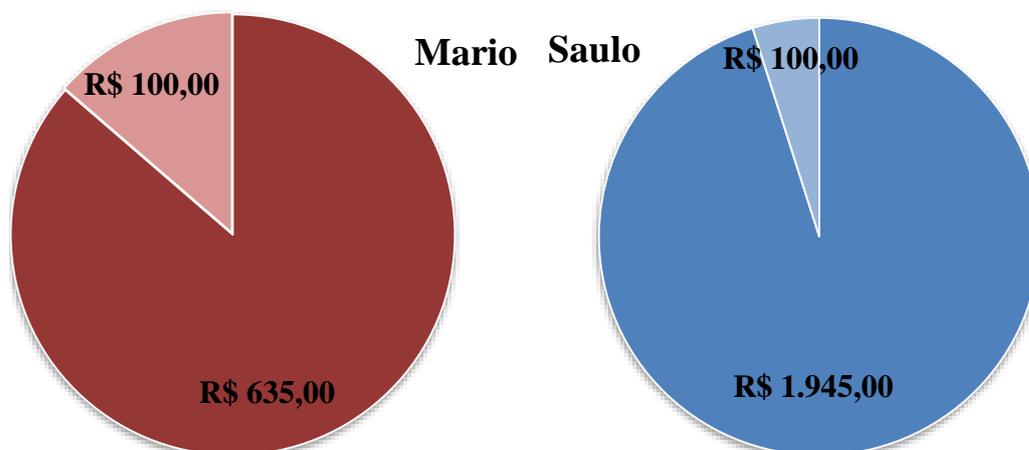
Acesso em: set. 2021.

A proposta de renda mínima universal como política social

A desigualdade econômica é um problema em todas as sociedades capitalistas, ainda que entre os países, por uma série de fatores, varie bastante o nível e a intensidade da concentração de renda e das desigualdades. Como vimos, ao longo do século XX, houve países que adotaram uma série de iniciativas e o desenvolvimento de políticas sociais, apoiadas por economistas e outros especialistas, a fim de redistribuir suas riquezas mais igualitariamente e diminuir as desigualdades, promovendo o bem-estar da sociedade de modo mais amplo.

Entretanto, as desigualdades permanecem e novas saídas são buscadas, dentro das dinâmicas social, cultural, econômica e política de cada país, as quais colocam novos desafios. Nesse contexto, uma ideia bastante antiga tem sido recuperada e discutida mais séria e profundamente nos últimos anos: a renda mínima universal, isto é, uma determinada quantia a ser paga pelo Estado a todos os cidadãos, de modo que todos tenham acesso a algum nível de consumo. O objetivo é garantir um nível mínimo de qualidade de vida e bem-estar social.

As implicações de um programa desse tipo seriam diversas e os debates que a ideia incita são extensos. Pela perspectiva da progressividade, entretanto, não há dúvida: uma renda idêntica para todos, por menor que seja o valor, terá um impacto maior na condição de vida das pessoas mais pobres, reduzindo as desigualdades. Dito de outra forma, quanto menor o rendimento prévio do beneficiado, maior o efeito relativo da renda adicional. Vejamos um exemplo gráfico da renda total de dois cidadãos beneficiados por uma renda mínima hipotética de R\$ 100,00:



Mario e Saulo têm rendas equivalentes às rendas médias de seus estados, respectivamente, Maranhão e São Paulo (IBGE, 2019). Para Mario, uma renda mínima de R\$ 100,00 representa um aumento de 15,7% de seus rendimentos, ao passo que, para Saulo, o mesmo benefício representa um aumento de 5,1%. O aumento inversamente proporcional à renda (quanto menor a renda, maior o benefício relativo) indica que o programa seria “progressivo”.

Apesar de um programa desse tipo reduzir as desigualdades em toda a curva da distribuição de renda, o projeto de uma renda mínima é motivo de críticas. Primeiro, pelo fato de não existirem critérios de participação; segundo, porque, em tese, teria um elevado custo de financiamento por gastar recursos com pagamentos para pessoas que não precisam.

Por outro lado, é preciso avaliar a realidade, o contexto e as características de cada sociedade. Em um país em que, por exemplo, 30% da população seja de pessoas em situação de miséria, 20% em situação de extrema pobreza e mais 30% de pessoas em situação de pobreza, seria mais adequado pensar o programa em termos de custo ou investimento? Quais os efeitos a médio e longo prazos de um programa como o de renda mínima? Essas concepções, porém, podem mudar em um país onde, por exemplo, não existam pessoas em situação de miséria ou extrema pobreza e apenas 20% de pessoas pobres.

No Brasil, a lei 10.835 de janeiro de 2004 instituiu a renda básica cidadã, que garantiria um benefício “de igual valor para todos, e suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde”. Seguindo a abrangência prevista, a lei priorizaria “as camadas mais necessitadas da população”, “considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”. Essa lei, inclusive, foi a base dos pagamentos de auxílios emergenciais durante a pandemia do covid-19 em 2020.

Atividades

6. Em pequenos grupos, pesquisem junto aos funcionários da escola se eles conhecem as alíquotas de contribuição previdenciária e se eles sabem para onde vai esse dinheiro. Investiguem também se eles sabem a idade com que vão se aposentar e se acham que será mais fácil ou mais difícil pagar as contas quando forem aposentados. Depois, com base nas informações recolhidas, discutam com toda a turma, sob a coordenação do professor: por que é importante um trabalhador saber quanto paga para o Estado e para onde vai esse dinheiro? Que tipo de gastos uma pessoa aposentada deveria ser capaz de pagar apenas com os seus benefícios previdenciários? De quais formas o governo poderia garantir os recursos necessários para essa demanda social?

7. O Programa Bolsa Família é um programa social do Estado brasileiro de caráter redistributivo, isto é, ele opera por meio da transferência de renda para determinados grupos sociais. O foco do programa é exclusivamente os mais pobres e como condição para participar e receber a renda do governo é preciso que a renda da família seja de até R\$ 178,00 por pessoa e que, quando houver crianças, as famílias comprovem que elas foram vacinadas e estão frequentando a escola. Em 2020, o Bolsa Família transferiu recursos diretamente para 14 milhões de famílias. Desde 2011, as taxas de cobertura do programa indicam que em torno de 60% dos 20% mais pobres da população brasileira foram atendidos em algum momento. Ao priorizar esse grupo, garantindo renda estável para famílias vulneráveis, o programa reduz as desigualdades concentradas nos primeiros pontos da Curva de Lorenz. Considerando essas informações sobre o Bolsa Família e as características do Renda Mínima aprovado no Brasil, responda às questões.

a) Descreva resumidamente cada um dos programas, comparando suas semelhanças e diferenças.

b) Se por um lado os critérios de participação em programas sociais, como o Bolsa Família, priorizam as necessidades de grupos específicos e mais carentes, deixando de fora outros segmentos também vulneráveis, o Renda Mínima, exatamente por incluir todos, é oneroso por gastar recursos com pessoas que não precisariam recebê-los. Discuta com os colegas e o professor sobre essa questão. Procurem pensar nos efeitos de médio e longo prazo de cada um dos programas, considerando as características da sociedade brasileira. Também é válido pensar se pode existir um único programa ou medida capaz de atuar de modo eficiente contra a concentração de renda e contra as desigualdades.

c) Com base nos estudos desenvolvidos até este momento, escreva um texto discutindo o papel do Estado no que diz respeito às desigualdades, à concentração de renda e à distribuição das riquezas do país. Para isso, lembre-se de usar conceitos como: progressivo, regressivo, redistributivo, políticas públicas, políticas sociais e programas sociais.

8. Em trios, pensem em um novo programa de governo de caráter redistributivo que beneficie pessoas com algum tipo de carência. Escrevam quais os critérios para poder participar desse programa, quais os benefícios e por que o programa de vocês é progressivo ou não. Finalmente, escrevam também quais populações com outros tipos de carências não seriam beneficiadas pelo programa e apresentem para a turma o que pensaram.

9. Sob a orientação do professor, organizem-se em grupos de cinco alunos e criem suas propostas de política de Renda Mínima para o Brasil. Para isso, pensem no valor do benefício, no custo total do programa, na forma de arrecadação de recursos e no impacto desse programa sobre a qualidade de vida das populações mais carentes. Em seguida, apresentem para os demais colegas, sempre discutindo cada uma das propostas apresentadas, procurando avaliar os efeitos positivos e negativos. Sempre tomem notas para não se perderem depois. Por fim, com base em todas essas ideias e discussões, aproveitando os trabalhos de todos os grupos, formulem uma versão final, com uma política de renda mínima elaborada coletivamente pela turma.

Globalização e desigualdade mundial

Ainda que estejam presentes em todos os países, as desigualdades entre os grupos sociais de suas populações não se dão da mesma maneira. Em alguns países são maiores as oportunidades para que amplas parcelas de suas populações satisfaçam mais adequada e igualmente suas necessidades de alimentação, vestuário, moradia, educação, lazer e cultura, etc.

Países com essas características são menos desiguais. Outros países, porém, acumulam altos níveis de desigualdades, com uma enorme quantidade de pessoas em situação de miséria e extrema pobreza, sem acesso a direitos básicos como alimentação, água potável, moradia, educação e saúde. Vale destacar que isso não significa necessariamente que se trate de países pobres, mas de sociedades em que as riquezas ficam concentradas numa parcela muito pequena da população.

Por outro lado, é inegável a existência de países muito mais ricos que outros. Assim como existe a concentração de riquezas entre grupos populacionais de uma sociedade, existe a concentração das riquezas entre países.

Como vimos, parte das atividades realizadas pelos economistas é o desenvolvimento de técnicas e instrumentos para medir os recursos da sociedade, a fim de apoiar os governos na criação de políticas econômicas e sociais, bem como medir as riquezas mundiais e verificar como elas estão distribuídas entre as nações. Assim, ao longo do século XX, foram criados diversos índices como o IDH e o PIB per capita, os quais contribuem para a medição das desigualdades entre os países.

Uma série de fatores determina a concentração de riquezas e a geração de desigualdades entre os países, mas todos se ligam de alguma maneira ao modo de funcionamento da economia mundial.

Durante o século XX, houve uma tendência mundial de expansão das atividades econômicas, com a ampliação das áreas e da produtividade das atividades agrícolas e com a disseminação da industrialização em diversas áreas do planeta, favorecendo o aumento da oferta de bens essenciais para a sobrevivência da população mundial. Porém, o modo como isso se deu foi bastante desigual entre as nações, criando e acentuando desigualdades regionais entre os países do globo, assim como as desigualdades internas à população de cada país.

Ocorridas especialmente nas últimas décadas, duas tendências nos ajudam a ilustrar esse processo: a acumulação e concentração de capital entre as elites econômicas mundiais e o enriquecimento de países do Leste da Ásia.

No primeiro caso, trata-se dos grandes grupos econômicos e dos mais ricos empresários mundiais que, ao enriquecerem ainda mais, reforçam a elevação do extremo superior da curva de distribuição de renda, o que é uma evidência do aumento da desigualdade mundial. Ao mesmo tempo, ocorreu uma profunda redução da extrema pobreza em países do Leste da Ásia, notadamente a China, o que resultou na elevação do extremo inferior da curva, evidenciando a diminuição da desigualdade no próprio país. Em decorrência desse fato, ocorreram mudanças também no ranking de desigualdades entre os países, o que nos leva a perceber como as desigualdades mundiais podem apresentar variações ao longo do tempo.

Outro fator decisivo na ampliação da desigualdade mundial foi o processo de globalização, ocorrido a partir da década de 1980, sobretudo com o desenvolvimento de novas tecnologias de transporte, de produção, de comunicação e informação, possibilitando a interdependência entre as economias globais. Alguns dos efeitos do processo de globalização são a crescente flexibilidade da regulação econômica – do mercado de trabalho, das regras financeiras, da redução do papel do Estado na economia – e a ampla abertura dos mercados internacionais, que permitiram maior trânsito de mercadorias e capital.

As inovações nos sistemas de comunicação e as transformações tecnológicas permitiram a flexibilização produtiva, possibilitando que plantas industriais pudessem se instalar ou se deslocar com mais facilidade entre países. Essa facilidade de trânsito de comunicação, mercadorias e estruturas produtivas fez com que empresas passassem a se instalar em regiões com menores custos de produção. Esse processo fragilizou os Estados com políticas sociais e direitos mais vigorosos, pois, ao manterem maior regulação no mercado de trabalho, viam suas indústrias buscarem regiões com menor custo de mão de obra.

A crença liberal, que sustentava as reformas econômicas e políticas do período de expansão da globalização, defendia a política de Estado mínimo, alegando que a economia poderia ser incentivada com a menor intervenção do Estado na regulação entre trabalhadores e empresários. Como consequência, a maior presença do Estado na regulação da vida econômica, assim como as políticas voltadas para a promoção de bem-estar social, verificadas em alguns países de meados do século XX até a década de 1980, foram abandonadas. O resultado foi que os índices que apontavam uma tendência de queda na desigualdade de renda, visíveis até então, foram revertidos.

Destaque

Globalização e desigualdades

A desigualdade está crescendo para mais de 70% da população global, aumentando o risco de divisões, mas a tendência pode ser combatida, afirma um estudo divulgado pela ONU [em 2020] [...]. O Relatório Social Mundial publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Desa, mostra que a desigualdade de rendimentos aumentou nos países mais desenvolvidos e em algumas nações de renda média. [...]

Segundo o estudo, as pessoas que ocupam o 1% no topo da pirâmide de rendimentos são as mais beneficiadas. Entre 1990 e 2015, a porcentagem de riqueza global acumulada por essas pessoas aumentou.

No outro extremo, as pessoas que ocupam os 40% mais baixos da pirâmide de rendimentos ganham menos de 25% de toda a riqueza produzida anualmente, aumentando a desigualdade a cada ano. [...]

O relatório analisa o impacto de quatro grandes tendências globais: inovação tecnológica, mudança climática, urbanização e migração internacional.

Embora a inovação tecnológica possa apoiar o crescimento econômico, também pode levar ao aumento das diferenças salariais e deslocar trabalhadores. Segundo a pesquisa, “as novas tecnologias podem eliminar categorias inteiras de empregos, mas também podem gerar novos empregos e inovações”.

Por enquanto, no entanto, apenas os trabalhadores altamente qualificados estão colhendo os benefícios da chamada “quarta revolução industrial”.

Já a mudança climática está tornando os países mais pobres do mundo ainda mais pobres e pode reverter o progresso feito na redução da desigualdade.

Ações para combater a crise climática devem eliminar empregos em setores que geram muitas emissões de gases de efeito estufa, mas a ONU acredita que a mudança “pode resultar em ganhos no número de empregos, com a criação de muitos novos empregos.” [...]

Pela primeira vez na história, mais pessoas vivem em áreas urbanas do que rurais, uma tendência que deve continuar. Embora as cidades impulsionem o crescimento econômico, elas são mais desiguais do que as áreas rurais, com as pessoas mais ricas do planeta vivendo junto das mais pobres. [...]

ONU Brasil. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>.
Acesso em: set. 2021.

A desigualdade econômica, característica tão marcante da sociedade brasileira, tem se colocado como uma questão a ser enfrentada internacionalmente. As sucessivas crises econômicas e políticas das últimas décadas intensificaram o deslocamento de populações de regiões em crise, gerando ondas intensas de imigrações. Ao mesmo tempo, dentro das nações, as transformações do mundo do trabalho, com a redução dos sistemas de proteção social e a intensificação da flexibilização do trabalho, num contexto de crescente automatização de setores da economia, têm aumentado as distâncias entre os grupos que representam os extremos da riqueza. Tendo em vista o que estudamos, a superação das desigualdades configura um tema incontornável e urgente para nossa sociedade do século XXI.

Atividades

10. Em quartetos, com base em um globo terrestre ou em um mapa-múndi, escolham dois países de continentes diferentes. Individualmente, escrevam suas hipóteses sobre as desigualdades, a concentração de renda, a distribuição de riqueza e a qualidade de vida em cada um dos países escolhidos. Então, comparem suas respostas. Depois, organizem-se para pesquisar os indicadores sociais de cada país, como expectativa de vida, analfabetismo, acesso à saúde, e outros índices que possam ajudá-los a verificar suas hipóteses. Por fim, cada um deve retomar o texto inicial e refazê-lo, com base no resultado das pesquisas.

11. Leia o texto e a fotografia para responder às questões. Ele está em português de Portugal, por isso algumas palavras são grafadas de modo diferente do português do Brasil.

Documento 1

A Globalização da produção é dirigida em grande medida por empresas transnacionais, razão pela qual constituem um dos principais actores da Globalização. [...]

Designam-se por transnacionais as empresas que organizam os seus investimentos, a sua produção e a comercialização de mercadorias e serviços em mais do que um país. [...] Actualmente, as empresas transnacionais estão presentes em todos ou quase todos os sectores de actividade económica: na extracção de matérias-primas, nas indústrias transformadoras, na finança, na produção agrícola e na prestação de serviços.

[...] sobretudo a partir de meados dos anos 80, assistiu-se a uma progressiva multiplicação das deslocalizações da produção e, simultaneamente, assistiu-se mesmo à progressiva segmentação dos processos produtivos que são agora implementados em diferentes países tirando partido, consoante os casos, quer de mais baixos custos de mão-de-obra, quer de melhor acessibilidade de matérias primas, quer ainda de quadros legais mais favoráveis, por exemplo nos planos fiscal ou ambiental [...]. As novas tecnologias de comunicação e informação viabilizam a gestão em tempo real de um processo produtivo segmentado e disperso por vários países do mundo. Como é sabido, a gestão e administração empresarial, assim como as fases de investigação e concepção de produtos tendem a concentrar-se nos países mais desenvolvidos (onde os salários são mais elevados e onde os níveis médios de qualificação profissional são também mais elevados) enquanto as fases de produção, montagem e preparação para a comercialização tendem a concentrar-se em países onde os salários são mais baixos. [...]

Os efeitos da Globalização no emprego não são lineares, dependendo das características próprias de cada país, variando em função dos diferentes sectores de actividade económica, e variando ainda em função das políticas económicas e das políticas relativas ao mercado de trabalho seguidas por cada país. [...]

Mais genericamente, as deslocalizações produtivas significam perda de emprego para os países mais desenvolvidos, no entanto, a aposta seguida por muitas empresas europeias exportadoras de bens e serviços nas potencialidades oferecidas por um mercado global traduz-se frequentemente em novos empregos.

A verdade é que diariamente novos empregos são criados e outros são perdidos, sabendo-se que as perdas e os ganhos não ocorrem nos mesmos sectores de actividade económica, nem nas mesmas empresas ou regiões, e que esta troca é também desigual no que respeita às características dos trabalhadores (sexo, idade, qualificação profissional, etc.), assim como serão diferentes as respectivas remunerações e sistemas de segurança social que lhes estão associados.

De qualquer modo, em virtude da maior presença de competitividade internacional que é sentida pelas empresas, o processo de Globalização tem conhecido importantes consequências na qualidade e na quantidade do emprego.

CANAVEZES, Sara; CAMPOS, Luís. *Introdução à globalização*. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: set. 2021.

Documento 2



Steve Juverson/Wikimedia Commons

Fotografia mostra a linha de produção de automóveis em uma fábrica da Tesla, 2012. Repare na quantidade de robôs e de pessoas trabalhando.

- a) Explique com suas palavras o que são empresas transnacionais.
- b) Como os deslocamentos de produção, típicos das empresas transnacionais, impactam nas desigualdades?
- c) O desenvolvimento da ciência e da tecnologia possibilitaram inúmeras conquistas nos últimos séculos. As vacinas são um exemplo significativo. Entretanto, a depender dos usos feitos de determinados recursos tecnológicos, os impactos podem ser negativos. Considerando os dois textos, quais podem ser as consequências da substituição de mão de obra humana por robôs?

12. Sob a coordenação do professor, discutam sobre as questões a seguir.

- a) Reflitam sobre o papel do Estado considerando o contexto da globalização. De que maneira a globalização das economias exerce pressão sobre os governos e quais medidas podem ser tomadas para evitar a ampliação das desigualdades internas à sociedade brasileira?
- b) Será que as desigualdades podem ser consideradas um problema apenas local e de responsabilidade exclusiva do Estado ou se trata de um problema mundial? O que mudaria na relação entre os países se as desigualdades fossem pensadas e combatidas de modo global?
- c) É possível distribuir a riqueza global de modo mais justo? Como?

13. Leia o texto para realizar a atividade.

Recentes pesquisas apontam para uma rápida e profunda transformação do mundo do trabalho nos próximos anos. Algumas profissões deixarão de existir, outras serão impactadas em suas rotinas e outras tantas serão criadas. A inteligência artificial e a automatização de processos, por exemplo, já estão produzindo mudanças no mercado de trabalho, com significativa redução de perfis de trabalho.

Por um lado, teremos um processo de ampliação da desigualdade na distribuição dos empregos, dos salários e das rendas. Enquanto os empregos mais valorizados e melhor remunerados exigirão crescente qualificação e concentrarão os melhores salários, é possível que uma expressiva quantidade de trabalhadores encontre sua inserção em postos de trabalho sem exigência de qualificação e com oferecimento de baixa remuneração.

Por outro lado, acreditamos estarmos vivendo um momento de transformação da economia mundial e, inclusive, da criação de ambiente para a redefinição das prioridades individuais e coletivas. Por exemplo, hoje já é possível identificar uma tendência de alteração no perfil dos produtos que parcelas da sociedade têm buscado consumir, tais como produtos orgânicos, ou produzidos de modo ecologicamente responsável, com menor produção de resíduos, etc. Isso indica a possibilidade de transformação da sociedade, que deve vivenciar a abertura de novas oportunidades e de novas frentes de trabalho.

Em suma, se existe uma tendência de redução de empregos nos setores industriais e de serviços, cujos trabalhos estão sendo substituídos por máquinas e sistemas de automação, espera-se que novos setores sejam estimulados no futuro próximo. Estamos falando não somente dos setores de tecnologia e de comunicação, mas também de setores como turismo, educação e cultura. Afinal, se a sociedade contemporânea incorpora cada vez mais tecnologia em seu dia a dia, por outro lado, ela tem também demandado mais conhecimento e experiências.

Por fim, vale dizer que existe também uma tendência de transformação ainda mais profunda de nossas vidas, por conta dos impasses ecológicos e das desigualdades, temas prioritários a serem enfrentados. Isso vai nos exigir o desenvolvimento de novos setores, de um amplo desenvolvimento da chamada “economia verde”, assim como de uma redefinição de nossas formas de consumo. Essas tendências podem impulsionar um novo tipo de relação entre os seres humanos e a natureza, abrindo outras tantas oportunidades de trabalho.

SAES, Alexandre M. Texto elaborado especialmente para esta obra.

Com base no texto e considerando tudo o que estudamos ao longo deste módulo e os desafios que o presente nos coloca, escreva um texto literário (como uma crônica ou um conto) sobre o mundo que você gostaria de produzir no futuro. Procure pensar em elementos como: o mundo funcionaria de outra maneira? Os países continuariam a existir? Como seria a sociedade? E a relação das pessoas com a natureza? Como poderia funcionar a economia? As desigualdades fariam parte? E quais seriam os desafios nesse futuro possível?

O que você aprendeu?

Muitas vezes não nos damos conta de como somos modificados ao longo do processo de estudos e de aprendizagem. Será que você e os seus conhecimentos anteriores foram transformados? Muito, pouco ou nada? Para avaliar, retome as atividades da seção **O que você já sabe?**. Relembre as conversas e recupere seus registros escritos. Releia-os e, depois de avaliá-los, reescreva, considerando o que você estudou neste módulo. Depois, reúna-se com colegas de sala para discutir sobre o que vocês mudaram, acrescentaram ou mantiveram nos seus argumentos e conhecimentos.

Autoavaliação

Refletir sobre o seu processo de aprendizagem é uma etapa importante para o seu desenvolvimento escolar. Por isso, separamos algumas orientações que podem ajudar, seja ao longo do módulo quanto somente ao final.

1. Em relação aos conteúdos, identifique os que considera consolidados e os que você tem dúvidas ou percebe que precisam ser melhor compreendidos.

2. Como você acha que pode resolver essas pendências? Reflita, anote e crie estratégias. Experimente e reavalie. Se necessário, converse com o professor e com outros colegas.

3. Em relação às atividades, em que tipos você sentiu maior facilidade e em quais tipos teve maior dificuldade para realizar? Considere, por exemplo, atividades de pesquisa, de elaboração de texto escritos, reflexões, comparações, trabalhos com dados, leitura de imagens, compreensão e análise de texto, atividades orais, entre outras, presentes no módulo.

4. Como pode aprimorar o desempenho nas atividades em que encontrou maior dificuldade? Novamente, reflita, faça anotações, experimente colocar em prática as estratégias que você criou, aprimorando o desenvolvimento de habilidades e competências.

5. Como foi a relação com os colegas nas atividades em duplas e grupos? Você participou ativamente, apresentando sugestões etc.? O que considera que pode ser melhorado, de sua parte, nesses tipos de atividades?

6. Por fim, você considera que os estudos desenvolvidos neste módulo foram importantes para sua vida? Como?

3 vezes 22 na BBM

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), localizada na cidade de São Paulo, é um dos mais ricos acervos sobre a história e a literatura brasileira. Na BBM você encontra, por exemplo, livros raros publicados entre os séculos XVI e XIX, primeiras edições tanto de autores consagrados como daqueles menos conhecidos em nossa literatura, periódicos, imagens, entre outros. E o que é mais incrível: parte do acervo está digitalizado e à disposição para qualquer pessoa! Também há uma série de projetos especiais, que exploram o acervo por meio de diversas abordagens:

- ▶ Projeto **BBM no Vestibular**, com vídeos de professores especialistas sobre as obras de literatura selecionadas para a Fuvest: www.bbm.usp.br/pt-br/bbm-no-vestibular/;
- ▶ **Atlas dos viajantes**, uma plataforma com o percurso e os relatos de personagens que cruzaram o território brasileiro produzindo suas impressões e descrições sobre a natureza e a sociedade brasileira: <https://viajantes.bbm.usp.br/>
- ▶ **Portal 3x22**, espaço com diversos materiais que estimulam a reflexão sobre os temas da independência, da Semana de Arte Moderna e do Brasil contemporâneo. Há boletins com entrevistas e artigos; kits didáticos com uso de fontes primárias e temas pouco exploradas nos currículos do Ensino Médio; posts temáticos sobre os 200 livros para pensar o Brasil; além de publicações originais para discutir os temas do bicentenário da independência e o centenário da Semana de Arte Moderna, das quais este módulo faz parte: <https://3x22.bbm.usp.br/>.

Os links a seguir foram especialmente selecionados para que você possa navegar pela biblioteca e dar continuidade à pesquisa desenvolvida neste módulo. Esperamos que, a partir dessa seleção, você descubra muito mais.

Aproveite!

- ▶ Conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, 1906.

<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7820>

Neste conto machadiano, publicado no livro *Relíquias da Casa Velha*, Cândido Neves é um homem que depende da caça de escravos fugitivos para garantir o próprio sustento e o da família.

- ▶ Romance *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, 1890.

<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4817>

O romance descreve como vivem os personagens de um cortiço na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX.

- ▶ Entrevista “Economia em 1822, 1922 e desafios para 2022”, realizada com o Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes, em 2019.

<https://youtube.com/watch?v=jFu1not7orI>

Nessa entrevista o Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes, que leciona História Econômica na FEA-USP e é coordenador do projeto 3x22, comenta o contexto econômico em 1822 e 1922, traçando paralelos com a economia atual e destacando os desafios que o país enfrentará até 2022.

- ▶ Kit didático *Gênese: da sobrevivência à vida na periferia paulista*, 2021.

https://3x22.bbm.usp.br/?page_id=898

Este kit didático se baseia no disco *Sobrevivendo no inferno*, do grupo de rap Racionais MC's, para, apoiado em outros documentos, analisar aspectos das desigualdades vividas, testemunhadas e denunciadas pelos integrantes do grupo, KL Jay, Mano Brown, Ice Blue e Edi Rock, por meio de um conjunto de atividades.

- ▶ Kit didático *Habitação popular: cortiços em São Paulo (1890-1940)*, 2021.

https://3x22.bbm.usp.br/?page_id=209

Neste kit didático, com documentos e atividades, você poderá analisar como a riqueza da cidade de São Paulo, gerada pela industrialização, não era partilhada com a sua classe trabalhadora, entre 1890 e 1940, observando os efeitos da concentração de renda e das desigualdades na vida dessas pessoas.